



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 515 - DE 06 A 20 DE MARÇO DE 2016 - R\$ 3,00

Avança a direita burguesa golpista contra o governo Dilma e o PT



**Responder defendendo a independência de classe:
Tribunais Populares para julgar
e punir os crimes da burguesia**

**97 anos de Fundação da III Internacional
Viva o Internacionalismo proletário!**



Oposição revolucionária a Dilma

Política operária - Agrava a crise

Responder à crise com a política do proletariado

A prisão do publicitário João Santana, responsável pela campanha eleitoral de Dilma Rousseff, parecia ser o acontecimento de início de ano que reacenderia a chama do impeachment. Agora, a divulgação da suposta delação premiada do senador Delcídio Amaral, pela revista IstoÉ, avivou de vez o golpismo encabeçado pelo PSDB.

A forma como vieram a público as denúncias do ex-líder do PT no senado é típica do ambiente conspirativo. A referida revista recebeu o documento que ainda estava sob o segredo de justiça. O ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, devolveu à Procuradoria Geral da República a delação premiada de Delcídio por não aceitar a cláusula de confidencialidade por seis meses. Nesse interim, os conspiradores fizeram chegar à revista IstoÉ o documento de 400 páginas, segundo informações.

Houve um claro vazamento. Prática essa que se tornou comum na “Operação Lava Jato”.

O advogado de Delcídio Amaral emitiu uma nota desautorizando a revista. Eis: *“Não conhecemos a origem, tampouco reconhecemos a autenticidade dos documentos que vão acostados no texto”*. Dilma Rousseff acusou a manobra política de “vazamentos seletivos e ilegais”. O ministro Teori Zavascki evitou dar explicações sobre o ocorrido. O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, prometeu fazer um pronunciamento. Não se sabe ainda o que pensa o juiz Sérgio Moro sobre o vazamento.

A imprensa aproveitou o fato para pisar e repisar as denúncias ventiladas pela revista IstoÉ a Dilma e Lula. Validaram-nas antes mesmo da investigação e da decisão judicial. Fizeram delas verdades antes de qualquer comprovação. O governo procurou desqualificar Delcídio Amaral pelo fato desse estar na condição de um réu que quer salvar sua própria pele.

É evidente que a decisão do STF de indiciar o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, como réu na “Operação Lava Jato” é parte da convulsiva situação e das ações conspirativas. Esse delinquente se tornou um estorvo ao processo legislativo do impeachment, principalmente quanto à ação movida pelo PSDB no Tribunal Superior Eleitoral. No mesmo momento em que o Supremo admitia Cunha como réu, o Conselho de Ética destravava a decisão de prosseguir o processo de quebra de decoro e de cassação de seu mandato. Não é pura coincidência essa decisão do supremo e o vazamento da delação premiada de Delcídio e a projeção da campanha pela destituição de Dilma.

A imprensa procurou qualificar as denúncias de Delcídio sem ter obrigação de prová-las. Observa-se que de um lado o governo de Dilma Rousseff e o PT se mostram acuados e incapazes de responder ao complô palaciano; de outro, toda oposição, o PSDB e a imprensa mostram-se em plena ofensiva golpista.

A população assiste passivamente esta miserável disputa interburguesa e é empurrada a acreditar na campanha anticorrupção da imprensa venal. O PSDB e as organizações direitistas, que se utilizam das redes sociais para potenciar o golpismo, se esforçam por reacender na classe média o ódio aos petistas e trazê-la para as ruas. Já estava previsto o ato pelo impeachment no dia 13 de março quando a polícia federal prendeu João Santana e, neste momento, perto do dia da manifestação, ocorreu o

vazamento da delação de Delcídio. Os meios de comunicação se encarregaram de criar um clima político favorável à cassação de Dilma.

O PT e seu braço sindical, a CUT, estão atônitos. Trabalharam por uma manifestação em Brasília, no dia 31 de março, de apoio ao governo, travestido de defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários. De fato, não podem fazer nada contra o seu governo que acaba de negociar a quebra da exclusividade da exploração do pré-sal pela Petrobrás, que aumentou para 40% a participação do capital estrangeiro no sistema aéreo, que anunciou a reforma da previdência que prejudica ainda mais os explorados, que aplica a lei que reduziu o direito ao seguro-desemprego, pensões e defeso, que cortou verbas da saúde, educação e de programas assistenciais e que implanta o “ajuste fiscal” em favor do capital financeiro parasitário.

O movimento burguês golpista se apoia justamente na crise econômica, no fechamento de postos de trabalho, no extraordinário aumento do desemprego, na alta do custo de vida e no retrocesso das políticas assistenciais do governo. Dilma tem procurado atender os reclamos do grande capital e administrar as potentes pressões da burguesia que vê seus negócios despencarem. É assim que responde à ofensiva golpista do PSDB e aliados. Para isso, tem de se colocar contra as necessidades da maioria oprimida e atacá-la.

Está aí por que a CUT não tem como levantar os explorados contra o avanço do impeachment. É uma tarefa inglória e impossível a de defender o governo que assumiu a política antinacional e antipopular dos próprios golpistas.

O destino do governo Dilma está inteiramente nas mãos da burguesia. Por mais que a CUT e o PT tentaram e tentam envolver a classe operária, os camponeses e camadas da classe média arruinada na defesa do governo, não encontraram e não encontram uma resposta positiva das massas. Os explorados objetivamente têm de lutar contra as demissões, o aumento do desemprego e o avanço da carestia. O governo e sua burocracia sindical estão em contraposição aos interesses da maioria oprimida.

A crise política, condicionada pela crise econômica, favorece a luta independente da classe operária por suas reivindicações e permite à sua vanguarda desenvolver a estratégia revolucionária de luta por um governo operário e camponês. Toda tentativa de subordinar as necessidades da maioria explorada à defesa do governo Dilma não só fracassará diante da ofensiva golpista como trairá os interesses da maioria.

Não se trata de desconhecer a corrupção que tomou conta do Estado burguês. A resposta a esse fenômeno de decomposição política é a constituição de um Tribunal Popular organizado pelo movimento de massas e pelos métodos da luta de classes. É preciso propagandar esse instrumento de independência política dos explorados. No momento, está colocada a campanha em torno da constituição de uma frente única sindical em defesa de um programa de reivindicações da maioria oprimida. É a partir do movimento organizado no campo da independência de classe que se criará as condições para responder à crise política com a estratégia do proletariado.

Oposição requeita o impeachment

Nossa luta é pela independência de classe do proletariado

O PSDB, seus aliados e a fração do PMDB pró-derrubada de Dilma Rousseff constituíram um comitê pelo impeachment. Estão empenhados em retomar as manifestações de rua. O início de março será o teste.

Depois de a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) colocar nas mãos do Senado o destino do governo, o ímpeto golpista arrefeceu. A esperança foi depositada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Lá se encontram algumas serpentes do PSDB, entre elas o ministro Gilmar Mendes. Estão em julgamento quatro ações impetradas pela oposição. O PT e Dilma Rousseff são acusados de abuso de poder político e econômico na campanha eleitoral de 2014.

O TSE já havia aprovado as contas apresentadas, com ressalvas. Aceitou, porém, reabri-las mediante novos fatos apresentados pela Operação Lava Jato. Gilmar Mendes está empenhadíssimo em demonstrar que o PT fraudou a prestação de contas. Fala-se pouco das contas do vice-presidente, Michel Temer, do PMDB, que foi o primeiro a apresentar a sua defesa. Mas se o TSE decidir pela impugnação, estarão cassados os mandatos da presidente e do seu vice.

Não há nenhum interesse do PSDB e dos ministros do TSE em atingir Michel Temer. Toda a ofensiva dos golpistas se concentra no governo do PT. Mesmo as ações do TSE perderam força depois da decisão do STF que dificultou a aprovação do impeachment pelo Congresso Nacional. O que, então, alimentou o fogo do golpismo? As novas investidas da Operação Lava Jato. O juiz Sérgio Moro se encarregou de enviar documentos ao TSE que supostamente comprovariam o desvio de dinheiro da Petrobrás para a campanha de Dilma. Sugeriu que os ministros do TSE ouvissem os réus que aceitaram a delação premiada. Mas o combustível que levantou a labareda do impeachment foi a prisão do publicitário João Santana. Afirmo o juiz que descobriu um esquema em que se desviaram recursos da ordem de US\$ 7,5 milhões que foram parar em contas do exterior, pertencentes ao arquiteto do marketing de campanha de Dilma.

O PT alegou legalidade e legitimidade de suas prestações de contas. Santana e sua mulher continuam presos. Não se sabe se suas alegações sobre o dinheiro recebido em campanhas eleitorais em outros países serão comprovadas. O mais provável é que Moro avance em seu cerco ao PT e sirva ao PSDB no TSE.

A revelação da empreiteira Andrade Gutierrez, em delação premiada, de que na campanha de 2010 contribuiu com alguns milhões para a campanha de Dilma, por meio de contratos fraudulentos, não serve diretamente às ações do PSDB no TSE, mas pode abrir uma porta para novas informações, como indica a propensão da Odebrecht em ceder às pressões do juiz Moro.

É nesse quadro que o PSDB retomou a ofensiva do impeachment. O PMDB que havia recuado em sua virada para o campo da oposição golpista, agora, se movimentou de acordo com as novas condições da crise política. Dilma e o PT não sabem precisamente qual será a conduta de seu aliado depois da convenção que provavelmente reconduzirá Michel Temer à presidência do PMDB. O seu vice esteve envolvido em conspiração contra o mandato da presidente. Tudo indica que seu recuo foi circunstancial.

Há setores do PMDB que acham melhor retomar a via do impeachment pelo Congresso Nacional e evitar que o TSE decida pela cassação do mandato, que atingiria o vice-presidente peemedebista. Evidentemente, os partidos da burguesia manobram de acordo com os altos e baixos da crise política. Governo e oposição se digladiam em torno da dependência das manobras do PMDB, que tira proveito da situação por ser o fiel da balança.

No PSDB, também são grandes as divergências. Se para Aécio Neves

é conveniente a cassação de Dilma e Temer pelo TSE, para José Serra seria melhor o impeachment. Geraldo Alckmin não incentiva a derrubada do governo, é melhor sangrá-lo até a última gota de sangue e derrotá-lo nas eleições de 2018. Mas há o risco de Lula se reerguer, por isso deve ser amarrado e amordaçado pela Lava Jato. A disputa gangsteril entre as três principais frações do PSDB paulista em torno da indicação do candidato à prefeitura de São Paulo mostrou que Alckmin não consegue unir o partido. Estão presentes e com considerável peso as dissensões internas ao PSDB.

O governo de Dilma nasceu incapacitado, fruto da falência histórica do PT e da profunda crise mundial que atinge os alicerces da economia nacional. Nestes dois anos, não teve um só momento de respiro. Mas sua incapacidade de centralizar as forças burguesas no Estado e apresentar uma política econômica hegemônica não a tem impedido de tomar decisões pontuais que servem aos interesses gerais dos capitalistas. As medidas anti-operárias iniciais, como as que atingiram o seguro-desemprego, as pensões e o defeso, deram o sinal de que o governo estava disposto a fazer uma virada na política petista. Agora, avançou o sinal vermelho do PT e de sua burocracia sindical apresentando a proposta de mudança na Previdência. Chama a atenção o fato de eliminar a diferenciação no critério de aposentadoria entre homens e mulheres.

Os problemas que tiram o sono dos petistas não param por aí. Dilma negociou o projeto de José Serra que retira poderes da Petrobrás e favorece as multinacionais. Onde foram parar os brios nacionalistas dos reformistas? É visível que o governo dilmista tem contribuído à desnacionalização. Acaba de elevar para 40% o índice permitido à participação do capital imperialista no sistema aéreo.

É certo que o PT nunca levantou a bandeira do anti-imperialismo, mas nasceu agarrado ao nacionalismo varguista. De repente, seu governo assume posições claramente pró-imperialistas e antipopulares. As discordâncias de uma parcela de petistas, porém, não fazem senão expor a impotência e a decomposição política. Não se pode compreender por que avançam as forças direitistas da burguesia e permanece vivo o objetivo golpista do impeachment sem determinar a falência histórica do PT.

Mantém-se sem definição as duas tendências da crise: levar o governo de Dilma até o fim, sangrando e definhando; ou destitui-lo. Parece que o primeiro semestre será decisivo. Neste terreno tão movediço da crise é difícil um prognóstico quanto ao desfecho. O fundamental não é se triunfará ou não o golpe institucional, mas sim como a classe operária e demais oprimidos responderão à permanência ou remoção do governo. Em qualquer uma das variantes, a crise econômica continuará a ser descarregada sobre a maioria explorada. É o que já vem ocorrendo com a diretriz de ajuste fiscal do governo Dilma.

A burocracia sindical sente o chão tremer aos seus pés. O amplo campo de manobra que serviu para ludibriar e enganar a classe operária com as bondades do capitalismo e com as vantagens da conciliação de classes se estreita dia a dia. As demissões em massa, o impulso do desemprego, a corrosão salarial e a expansão da miséria desmoralizaram a política de "inclusão social" e de "ações afirmativas do PT", que tanto serviu de guia à sua burocracia sindical. Trata-se de varrer essa política de traição às necessidades mais elementares dos explorados do interior das organizações operárias, camponesas e populares.

O ponto de partida dessa luta estratégica, pela independência de classe do proletariado, está em defender amplamente as reivindicações que protegem os explorados como um todo contra a crise capitalista e as medidas burguesas. Como ponto de partida, significa dar um passo à frente no movimento organizado que permita as massas avançarem sob a bandeira do governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias.

Provocação dos golpistas

A “condução coercitiva” do ex-presidente Lula foi uma resposta do juiz Sérgio Moro e da Polícia Federal ao fato deste recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra duas investigações simultâneas sobre uma mesma acusação. O pedido implica que se suspenda o inquérito enquanto não se decida qual esfera ficará encarregada de seu prosseguimento, se o Ministério Público Federal ou Estadual (de São Paulo).

Lembramos que o deputado do PT, Paulo Teixeira, recentemente, conseguiu com uma representação no Conselho Nacional do Ministério Público suspender o depoimento de Lula ao suspeito promotor Cássio Conserino. Finalmente, Lula enviou por escrito seu depoimento. O cerco da “Operação Lava Jato” ao ex-presidente visa a encontrar provas que amparem as denúncias obtidas por meio de delações premiadas. As forças encarregadas das investigações têm vazado sistematicamente informações sem comprovação, em se tratando do PT. A imprensa, por sua vez, alinhada à oposição, se encarrega de espalhá-las aos quatro ventos.

O alvo agora é Lula e diretamente Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo em que o publicitário João Santana é preso e em que a revista IstoÉ publica um vazamento de suposta delação premiada do senador Delcídio Amaral, a PF lança a 24ª fase da Operação Lava Jato, tendo por alvo Lula. Às 6 da manhã, policiais intimam o ex-presidente a acompanhá-los sob um mandado de “condução coercitiva”. Em uma sala do aeroporto de Congonhas, Lula prestou depoimento por 4 horas. Não

havia nenhum motivo legal para tal medida espetacular.

Esse acontecimento foi uma demonstração de poder desenfreado alcançado pelo juiz Sérgio Moro e delegados da PF. A ousadia política dos mandantes da “condução coercitiva” demonstra que o aparato do Estado e sua burocracia consideram o governo de Dilma liquidado, esperam tão somente a oportunidade para dar o golpe de misericórdia. Esse momento parece estar chegando, com o PSDB liderando o movimento golpista.

É certo que Lula e o PT estão colhendo o que plantaram. Assim, a questão é saber até onde o caudilho será capaz de recorrer às massas e se está disposto a convocá-las. Ocorre que o PT e seu governo foram incapazes de reagir ao movimento golpista, confiando em seus aliados, na democracia e nos poderes institucionais.

É preciso denunciar amplamente o golpismo e a arbitrariedade de como se está investigando o PT. Rechaçar o impeachment por seu caráter antidemocrático e golpista. Mas não prestar nenhum apoio ao governo de Dilma e à política burguesa do PT.

A luta contra a direita golpista deve se dar no terreno de independência de classe. Somente sob a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma, é possível combater a ofensiva reacionária de setores da burguesia. Há que se levantar a bandeira do Tribunal Popular, criado pelas massas em luta – único poder capaz de apurar os crimes da burguesia e de seus partidos.

Crise política

Impotência do PT e as tarefas revolucionárias

Lula e a corrente majoritária que dirige o PT vinham reclamando da incapacidade do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, em controlar a ofensiva da Polícia Federal (PF). A Operação Lava Jato adentrou fundo nas investigações sobre a relação do PT com as empreiteiras e destas com a Petrobrás. As delações premiadas abriram novas linhas de investigação, que resultaram na Operação Zelotes e Operação Acarajé. A decisão do juiz federal Sérgio Moro em colocar o ex-presidente Lula na condição de investigado apertou o cerco ao PT. A prisão do publicitário João Santana e sua mulher Mônica Moura, responsáveis pela campanha eleitoral de Lula e de Dilma, foi o sinal que faltava para alvoroçar os petistas. Sérgio Moro dava sinal de que Lula poderia ter o mesmo destino de um José Dirceu.

Como a PF chegou a esse ponto, estando sob o comando de Cardoso? Já havia passado a hora de ser removido do cargo. Os petistas admitem que a PF tenha independência. O problema é que a colocava a serviço da oposição, empenhada em derrubar o governo Dilma e defenestrar o PT. O PSDB, principal força oposicionista, cometeu os mesmos crimes, mas somente o PT e seu governo eram alvo da Lava Jato. Como o ministro permitia tanto vazamento de informação, que alimentava a campanha sistemática da imprensa antipetista e raivosamente empenhada no êxito do impeachment? Aécio Neves, que lidera o movimento golpista, foi citado pelo doleiro Alberto Youssef como um dos políticos que recebeu dinheiro no esquema de corrupção. Como é que em seguida Youssef e Ricardo Pessoa da UTC Engenharia desmentem a informação, sem que nada tivesse acontecido?

No mesmo momento em que a Lava Jato apertava o círculo de fogo em torno de Lula, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, arquivava a denúncia contra Aécio Neves a pedido do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot. Os delatores podem denunciar o envolvimento da oposição com as empreiteiras, depois voltar atrás em seu depoimento e tudo fica em brancas nuvens. Nenhuma linha de investigação é aberta contra os facínoras peessedebistas. É mais do que evidente que a Lava Jato está sob uma poderosa influência política e caminha em linha reta contra o PT e seu governo. A grande imprensa também usa de sua independência para encurralar os governistas e proteger os oposicionistas tão implicados em delinquência política quanto o PT. Age poderosamente sobre o andamento da Lava Jato.

Na segunda metade de fevereiro, a jornalista Mirian Dutra denunciou seu ex-amante, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, também chefe da oposição, de receber uma mesada de US\$ 3 mil, pagas pela Brasif S.A., que opera como concessionária nas lojas duty free nos aeroportos. Mirian apresentou um documento à imprensa que comprova a falcatura de FHC. Mas bastaram algumas explicações esfarrapadas para que a imprensa não desse relevância. No final das contas, tudo passará como favas contadas.

Uma comissão de parlamentares do PT foi até o ministro Cardoso pedir que acionasse a PF para abrir uma investigação sobre as denúncias de Mirian. O gesto demonstrou a incapacidade do ministro da Justiça de modificar a parcialidade da Lava Jato e livrá-la da influência política da oposição que trabalha pela derrubada do governo e desmoralização do PT.

Dilma não conseguiu, desta vez, desfazer as pressões de Lula. Cardoso pediu demissão. O novo ministro, no entanto, pela dimensão da crise, não terá como mudar o curso da Lava Jato. A autonomia da PF e a projeção do juiz Sérgio Moro se devem à própria debilidade política do PT e de seu governo em centralizar as instituições do Estado. Uma vez aberto um flanco à oposição direitista, esta fez convergir poderosas forças burguesas que agem no seio das instituições (Congresso Nacional, STF, TSE, PF, PGR, etc.) para sangrar o PT e, se possível, bani-lo.

A dependência do PT de setores empresariais é tão grande e seu comprometimento com a corrupção é tão evidente que não foi difícil para a oposição golpista desmascará-lo diante da população. É bom lembrar que Lula e o PT subiram ao alto graças à desmoralização de FHC e do PSDB perante os olhos dos explorados. Ai de quem fizesse uma crítica ao governo do PT, seja pela esquerda ou pela direita, imediatamente era rechaçado. Somente em circunstâncias concretas e visíveis à experiência das massas, era possível se fazer uma oposição pela esquerda.

Esse capital foi sendo desbastado pela política burguesa do PT e pela sua tradução no movimento operário, camponês e popular, na forma de conciliação de classes praticada por sua burocracia sindical. Sem o partido revolucionário, o proletariado não teve como se emancipar da política pró-capitalista. De forma que a direita burguesa se vale da falência do pseudo reformismo e da sua venalidade.

Lula, como caudilho que conheceu a glória de ter as massas aos seus pés, sabe que seus adversários conseguiram cortar muitos fios da

ilusão que prendiam eleitoralmente os oprimidos ao PT. Diante do roubo do ministro da Casa Civil Jaques Wagner de que o impeachment estava morto, Lula completou, mas não está enterrado. Agora, não vê como o povo irá defender o governo, o PT e ele próprio diante da crise econômica e de suas brutais consequências para os explorados.

O fundamental do processo de decomposição do PT está no fato de expor abertamente sua política burguesa para as massas, que suportaram e ainda suportam em seus ombros os governos petistas (aliancistas), como se estes expressassem de fato a política dos pobres, miseráveis e desesperançados.

É parte dessa conclusão, porém, o fato de não se ter constituído no seio do proletariado uma fração revolucionária, capaz de dirigir os explorados contra a burguesia e o seu Estado. O que quer dizer que o proletariado e a sua vanguarda ainda terão de continuar passando pela

experiência petista. Distintamente seria se, ao invés da direita burguesa, fosse uma fração revolucionária – marxista-leninista-trotskista – que tivesse desmoriado o PT aburguesado. Haveria um grande impulso na organização do partido da revolução proletária. A vanguarda que se aglutina em torno da esquerda centrista, reformista e oportunista deve passar por esse balanço desde já.

Inúmeras são as tarefas revolucionárias que emergem da situação de crise, como a de defender as reivindicações que põem em luta e unificam os explorados, combater a conciliação de classes nos sindicatos, trabalhar pela constituição de uma frente única de ação, impulsionar as organizações de base, despertar o sentido da Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff, como parte da luta pela independência política e organizativa dos explorados. Mas há uma tarefa estratégica que é a de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

“Agenda” reacionária do governo Dilma Aprovada a lei antiterrorismo

Segundo informações, o Brasil somente poderia sediar as Olimpíadas de 2016 caso aprovasse o projeto de lei antiterrorismo, que há algum tempo estava em discussão no Congresso Nacional. O Senado o aprovou tendo por base a versão do relator, deputado federal Arthur Oliveira Maia. O governo Dilma havia apresentado um projeto de lei que foi modificado e aprovado em meados de 2015. Os senadores, por sua vez, fizeram novas alterações, que foram rejeitadas pela Câmara Federal e, assim, manteve-se a formulação dada pelo deputado Maia, do partido Solidariedade.

É bom lembrar que a lei do antiterrorismo é uma imposição internacional dos Estados Unidos, após o atentado de 11 de setembro de 2001, que derrubou o World Trade Center. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se encarregou de exigir a adesão dos países a um acordo que prevê aprovação da lei antiterrorismo. O Brasil é signatário. De forma que o governo do PT ficou de apresentar um projeto ao Congresso Nacional. É claro que os parlamentares iriam dar uma versão que mais contentasse o imperialismo.

A discussão entre a direita e a esquerda dos partidos burgueses, que inclui o PT, se deu em torno dos perigos de tal lei servir para criminalizar os movimentos sociais. O dispositivo que ressalva “a conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei” serviu de argumento para esquerda parlamentar votar o projeto de lei. No entanto, a lei antiterrorismo deveria ser rechaçada não apenas pelo fato de servir ao Estado burguês como meio de repressão à luta de classes, mas também por servir aos interesses do imperialismo. A gravidade da aprovação da Lei antiterrorismo está no fato de os sindicatos, centrais sindicais e as esquerdas se mostrarem passivos diante da ofensiva antidemocrática e pró-imperialista. A condenação verbal a este ou aquele aspecto do projeto, como fez a direção da CUT, não esconde a capitulação diante das pressões do imperialismo.

Tratava-se e trata-se de rechaçar de conjunto a lei antiterrorista, demonstrando aos explorados que serve de instrumento de defesa dos interesses da burguesia contra a classe operária e de alinhamento do Estado brasileiro à política intervencionista dos Estados Unidos e demais potências sobre as nações e povos oprimidos.

Mais um passo na entrega da Petrobrás

O Senado aprovou por 40 votos a favor e 26 contra o projeto que acaba com o monopólio da Petrobrás sobre a exploração do pré-sal. De forma que perde a exclusividade de operadora e a obrigatoriedade no caso de partilha de ter uma participação mínima de 30% em todos os blocos do pré-sal.

O PLS 131, do senador José Serra (PSDB), retira o poder e a obri-

gatoriedade de a Petrobrás explorar com exclusividade os blocos que forem de seu interesse e partilhar os demais com as multinacionais podendo ter de 30% ou mais da exploração.

É necessário dizer que a Petrobrás, em boa parte, é controlada pelo capital privado. Em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso quebrou o monopólio sobre a exploração do petróleo. As multinacionais, tendo à frente a Shell, alcançaram um grande poder de influência sobre a política petrolífera do Brasil. Não por acaso, a quebra da exclusividade da Petrobrás sobre o pré-sal ocorre no momento em que a “Operação Lava Jato” avança sobre o PT e seu governo. Não é descabida a suspeita de que o imperialismo está por trás de tamanha ofensiva política valendo-se de investigação contra a corrupção, ofensiva jamais vista em qualquer outro governo.

José Serra, ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes e outrora nacionalista, tornou-se um serviçal do imperialismo. Faz parte do movimento golpista de cassação do mandato de Dilma Rousseff. Aproveitou a crise política, a fraqueza do governo e o desespero da presidente para reunir forças em favor do seu PLS 131.

Por sua vez, Dilma Rousseff, ex-combatente da luta armada contra a ditadura militar e nacionalista, se curvou diante das pressões pró-imperialistas.

Os senadores do PT estavam convencidos de que contavam com a presidência da República para resistir aos objetivos antinacionais do PSDB e seus aliados. Enquanto acreditavam nas palavras do ministro Ricardo Berzoini, a presidente Dilma negociava com o senador Eunício Oliveira, líder do PMDB no Senado, um acordo que permitisse aprovar o projeto de Serra.

Bastaria garantir o “direito de preferência de participar das concorrências públicas” e que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinasse se haveria ou não preferência da Petrobrás em um determinado leilão. Admitia-se, portanto, acabar com a obrigatoriedade da preferência e da participação de no mínimo de 30%. Renan Calheiros, cujo destino do governo Dilma está em suas mãos, comemorou o acordo. Em combinação com a presidente, coube ao senador peemedebista Romero Jucá apresentar a proposta final, que foi aprovada.

O senador petista Lindbergh Farias foi quem expressou com maior clareza o descontentamento com o governo. Embora os senadores petistas tivessem votado contra, com a abstenção do líder do PT, Humberto Costa, a derrota de suas posições contrárias não lhes tirou o peso da responsabilidade diante da alteração pró-multinacionais nos marcos do pré-sal. O fato de permanecerem no PT e com o governo os tornam irremediavelmente colaboradores da medida antinacional. O mesmo se deve dizer das direções sindicais da FUP e da CUT, que se declaram contra o projeto acordado, mas que continuam servindo de alicerce a um governo despedaçado e submetido à diretrizes pró-imperialistas.

É necessário denunciar, sem meias tintas, o entreguismo do gover-

no do PT. Denunciar, também, a esquerda petista e as direções sindicais que continuam sustentando o governo antinacional.

Junto à classe operária, exigimos que a FUP e a CUT rompam com o PT e o governo. Como organismos dos explorados, devem se emancipar da política burguesa que os prende ao governo e ao Estado. Lutemos pela imediata estatização, sem indenização, da Petrobrás. Lutemos pelo controle operário da produção. Lutemos por constituir

Reforma da previdência

Consenso da burguesia para atacar a força de trabalho

A presidente Dilma, espremida pela oposição que ameaça derrubá-la, deve enviar ainda neste semestre uma proposta de reforma da Previdência ao Congresso Nacional. Os pontos mais importantes da reforma seriam a elevação da idade mínima para ter direito a se aposentar, a unificação da idade e tempo de contribuição para homens e mulheres e alteração da aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Entretanto, a demora em fechar uma proposta que tramite no Congresso foi motivo para que o deputado Eduardo Cunha, presidente do Congresso, constituísse uma comissão especial na Câmara dos deputados no final de fevereiro para formular uma proposta. A intenção evidentemente é forçar o governo a agilizar a reforma.

Existe consenso na burguesia e seus partidos - consenso que inclui o governo Dilma -, que é necessário manter os trabalhadores o maior tempo possível trabalhando ou, pelo menos, impedir que se aposentem “muito cedo”.

O pretexto, mais uma vez utilizado, é que a projeção do “envelhecimento” da população brasileira indica que o contingente de idosos irá triplicar em 45 anos no Brasil, passando de 11,7% em 2015 para 33,7% em 2060. O que deveria ser comemorado como uma conquista da civilização, no entanto no capitalismo, é apresentado como um desastre.

A regra atual, conhecida como 85/95 “progressiva, obriga os trabalhadores urbanos a acumular o equivalente a 85 pontos se mulher e 95, se homem. Este total de pontos se alcança somando-se o tempo de contribuição mais a idade, porém, o tempo mínimo de contribuição para as mulheres é de 30 anos e para os homens 35.

No entanto, a partir de 31 de dezembro de 2018, acrescenta-se mais um ponto nesse cálculo, aumentando com o passar dos anos. Em 2018, as mulheres precisarão de 86 pontos e homens, de 96 – ou seja, acrescenta-se um ponto. Em dezembro de 2026, serão 5 pontos a mais – com as mulheres precisando de 90 pontos e os homens de 100 pontos. Mantendo-se o critério do tempo de contribuição como está, o que ocorrerá é a elevação da idade mínima para se aposentar.

Mas isso não é suficiente! A burguesia quer mais! Por isso tem de unificar os critérios entre homens e mulheres. Por isso tem de alterar o regime dos trabalhadores rurais. Estes hoje têm a condição de “segurados especiais”, podendo se aposentar aos 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres). Para os trabalhadores rurais também se aplicaria a regra de tempo mínimo de contribuição, como os urbanos que hoje não se lhes aplica.

O pretexto que a burguesia e o governo voltam a utilizar para justificar a reforma é de que, com o aumento da população aposentada, diminuiria proporcionalmente o da população de contribuintes, agravando, segundo eles, o déficit da previdência.

Trata-se de um embuste, pois o suposto déficit da previdência é um fantasma fabricado mediante uma manipulação contábil, comparando apenas o que se arrecada como contribuição dos segurados com o que se gasta em conceito de benefícios. A manipulação consiste na eliminação, ao se fazer as contas, das outras fontes de financiamento previstas nas leis, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e os outros.

um Tribunal Popular para investigar os crimes contra a Petrobrás. É por essa via que não apenas será extirpada a corrupção como também desmantelada a burocracia parasitária e venal. Certamente, a luta pela estatização da Petrobrás é parte da luta geral pela expropriação do grande capital nacional e imperialista. É parte da luta pelo controle geral da produção pela classe operária. Esse programa corresponde à estratégia da luta por um governo operário e camponês.

Esta manipulação também esconde que o financiamento da previdência é parte da seguridade social, cujo orçamento é contingenciado sistematicamente para produzir o superávit primário (reservar dinheiro para pagar os bancos). Sem falar na monumental dívida da União com a previdência, cujos recursos, nos diversos governos desde Juscelino Kubistchek, passando pela ditadura, foram dilapidados para construção de obras faraônicas como o Maracanã, Brasília, ponte Rio-Niterói, Itaipu, etc. Quer dizer, um fundo que os trabalhadores constituíram durante décadas para suas aposentadorias e outras situações foi utilizado para financiar a acumulação capitalista e a corrupção.

Previdência e reprodução da força de trabalho

Os benefícios previdenciários são recursos utilizados pelo trabalhador para sua reprodução e da sua família. Da mesma forma que o salário e os outros serviços sociais (de saúde, educação, etc.) são parte do consumo que permite a reprodução da força de trabalho, a sua manutenção em pé, um mínimo de condições de saúde, treinamento de alguns conhecimentos mínimos para entrar na produção, creches e escolas para o futuro trabalhador e sua sobrevivência após o período de trabalho quando se aposenta.

Da mesma forma que os salários, estes serviços sociais se incrementam ou diminuem conforme os ciclos econômicos: aumentam quando o capital está em expansão e são reduzidos e diminuem quando o capital entra na fase recessiva. Quando há maior oferta de emprego e o capital precisa de mais trabalhadores, os serviços sociais também se expandem, e se retraem nas crises. Não é casual por isso que desde a crise dos anos de 1970, no mundo inteiro, se assista ao desmonte dos sistemas de proteção social em países que outrora ostentavam altos índices de civilidade e mantinham “generosos” sistemas de seguridade social. O ataque aos direitos conquistados é uma tendência do capitalismo no mundo inteiro.

Marx explica que a classe operária é, do ponto de vista social, “mesmo fora do processo direto de trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho”. E seu consumo individual, “dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital”. (O Capital, Livro I Capítulo XXI).

Esta profunda compreensão do que é a classe operária no capitalismo delimita o que podem esperar os assalariados em geral da sociedade burguesa. Nela, estes apenas contam como força de trabalho, como os escravos modernos. O trabalhador compreende na prática esta realidade quando a fábrica fecha para preservar os interesses do capitalista e ele é jogado na amargura do desemprego. É importante para não estimular as ilusões que seus “direitos” serão respeitados ou ampliados, como gostam de falar os reformistas e centristas. Nenhum direito é definitivo para o trabalhador, pois acima de tudo, impera a sagrada propriedade privada capitalista em cujo nome se demite e se reduzem salários e serviços sociais. Somente a destruição do capitalismo e sua substituição pelo comunismo permitirão uma existência humana aos trabalhadores.

No mesmo capítulo, Marx compara o trabalhador à besta de carga: “Assim, o consumo do animal de carga não deixa de ser um

momento necessário do processo de produção, porque o animal se satisfaz com o que come”. Para explicar que “O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento da produção e reprodução do capital, quer ocorra dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., quer dentro, quer fora do processo de trabalho, exatamente como a limpeza da máquina, se esta ocorre durante o processo de trabalho ou durante determinadas pausas do mesmo. Em nada altera a coisa se o trabalhador realiza seu consumo individual por amor a si mesmo e não ao capitalista”.

Por isso não é de estranhar que a burguesia – e não apenas no Brasil – exija que os trabalhadores trabalhem em quanto puderem ficar em pé, do mesmo modo que uma besta de carga, pois para eles

estes só contam como força de trabalho.

Há que se lutar contra este ataque com a bandeira de sistema previdenciário gratuito para o trabalhador e inteiramente financiado pelos patrões e o Estado, pois, se a força de trabalho é o recurso imprescindível para o capital, é o capital que deve arcar com sua reprodução. Mas deve se combinar também esta reivindicação com a de escala móvel de empregos e salários.

Os sindicatos e as centrais devem organizar uma campanha nas ruas e nas fábricas contra esta reforma e pela previdência universal, por tempo de serviço, custeada pelo capital e o Estado, ao invés de estimular ilusões em eventuais negociações no Congresso. Nesse colírio, os interesses dos assalariados serão derrotados invariavelmente.

Governo Robinson Faria (PSD/PCdoB/PT) avança com um novo ataque à previdência estadual

O governo Robinson, para pagar a folha do funcionalismo estadual, realizou, de dezembro de 2014 para cá, 14 saques do Fundo Previdenciário (que compõe o FUNFIRN junto ao Fundo Financeiro), o que dá um total de certa de R\$ 650 milhões. Vale lembrar a manobra ainda no final do governo Rosalba (DEM), que unificou os dois fundos no FUNFIRN, de modo que o governo pudesse utilizar o dinheiro do Fundo Previdenciário, superavitário, para cobrir o déficit do Fundo Financeiro, feito esse também realizado em outros estados, como Minas Gerais.

A lei complementar que unificou os dois fundos, no final de 2014, previa que o dinheiro proveniente do Fundo Previdenciário, que teria escrituração contábil separada no FUNFIRN, poderia ser usado para o pagamento dos segurados, até que fosse instituída a previdência complementar (privada), ou seja, até 31 de abril de 2015. Ainda coloca que, até o final de 2018, a quantia utilizada pelo estado do dinheiro do Fundo Previdenciário deve ser restituída ao futuro fundo da previdência complementar. Os fatos que se seguiram foram a realização dos 14 saques, praticamente esgotando o Fundo Previdenciário, e o julgamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) de ilegalidade dos saques realizados a partir de maio/2015, sob argumento de que a lei prevê que só poderiam ocorrer até abril, quando seria instituída a previdência complementar (que até agora não ocorreu), e a decisão de que o governo teria que repor esse dinheiro até o final de 2016.

A novidade é que agora o governo estadual entrou com um projeto de lei na Assembleia Legislativa que coloca: primeiro, o fim da escrituração contábil separada do Fundo Previdenciário no FUNFIRN; segundo, a retirada do prazo de até 31 de abril de 2015 para a realização dos saques, uma vez que “seria” instituída a previdência complementar; terceiro, retirada da obrigação de restituir os saques ao futuro fundo da previdência complementar, jogando para o tesouro estadual a cobertura de “eventuais insuficiências financeiras”.

O que essas medidas significam na prática? Primeiro, a unificação contábil seria uma forma de mascarar o rombo que o governo realizou no Fundo Previdenciário. Segundo, uma tentativa de se esquivar da condenação de ilegalidade do TCE/RN. Terceiro, ao retirar a obrigação de restituir os saques ao futuro fundo da previdência privada, o governo estaria se eximindo de qualquer obrigação de restituir esse dinheiro que pertence aos servidores públicos estaduais e, além disso, adquiriria plena liberdade para sacar o que ainda resta no Fundo Previdenciário, além de endividar ainda mais o tesouro estadual para cobrir as “eventuais” insuficiências do fundo.

Apesar de o governo afirmar que “não é juridicamente viável pretender aportar futuramente qualquer soma financeira em prol

da ‘Previdência Complementar’”, uma vez que os recursos do FUNFIRN “foram em parte captados das contribuições dos servidores que já ingressaram no serviço público”, o que há por trás disso tudo é a orientação do governo em privatizar a previdência social. Todo esse falatório esconde o fato de que essas manobras do governo visam a esgotar o Fundo Previdenciário e depois instituir de vez a previdência complementar, como parte das medidas neoliberais de austeridade (cortes e ajuste fiscal) e de “enxugamento” do Estado (privatização dos serviços essenciais). O que hoje o Tesouro Estadual contribui com 22%, com a previdência complementar (privada) só passaria a contribuir com 8% do total da arrecadação da previdência, sendo o resto completado com dinheiro dos servidores.

Tal atitude do governo estadual é parte de um ataque geral do Estado burguês à previdência social e às demais condições de vida. Está sendo colocada em pauta, pelo governo do PT, uma nova reforma da previdência, que, dentre outras coisas, aumentaria a idade mínima para se aposentar. Tudo indica que o governo Robinson se verá fortalecido em sua tática, com o novo pacto do governo federal com os estados que alonga o prazo das dívidas estaduais em 20 anos e em conceder um limite maior de crédito para os estados neste ano, visando ao apoio das oligarquias regionais às medidas de ajuste, e em “contrapartida” exigindo, dentre outras medidas de ataque às massas, a aprovação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual (LRFE) que institua regime de previdência complementar. Como podemos ver, os governos (Estado burguês) estão unidos e coesos em descarregar os efeitos da crise de superprodução sobre as massas.

Diante de tal situação, se faz necessário que as categorias do estado realizem assembleias e aprovem uma luta unitária, por meio de ações conjuntas de ação direta (manifestações, ocupações, etc.), se colocando contra a ofensiva do governo estadual à previdência, e exigindo imediata reposição ao Fundo Previdenciário dos saques realizados. Além disso, é necessário construir a luta unitária dos servidores, tanto estaduais quanto federais e municipais, dos operários e demais assalariados, camponeses e juventude contra os ataques dos governos e capitalistas à previdência social e às demais condições de vida das massas, defendendo a previdência universal, aposentadoria por tempo de serviço, custeada inteiramente pelos capitalistas e seu Estado e sob o controle operário, além de outras reivindicações gerais que também unificam as categorias, como o salário mínimo vital com escala móvel de reajustes, escala móvel das horas de trabalho, expropriação dos latifúndios e estatização dos meios de produção sob controle operário.

A situação das mulheres no Brasil

O dia Internacional da Mulher tem sua origem na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910. Após a revolução Russa, passou a ser comemorado no dia 8 de março (23 de fevereiro no calendário russo), dia em que as mulheres cruzaram os braços nas fábricas e saíram em marcha combatendo a fome e a guerra. Aqui, no Brasil, sigamos o exemplo destas mulheres e organizemos a luta pelas reivindicações mais sentidas, mostrando seu vínculo com a tarefa de sepultar a sociedade de classes e todas as mazelas decorrentes da exploração capitalista. Para isso, partimos do que se passa com as mulheres brasileiras.

Os ataques mais recentes e evidentes são a reforma da previdência e o surto de microcefalia. Colocam a necessidade de organizar a luta unitária para impedir o aumento do tempo de serviço e o fim da diferenciação entre homens e mulheres, desconsiderando a dupla exploração a que são submetidas. É urgente impor ao Estado a garantia plena do aborto, assim como de todo suporte necessário às crianças nascidas com microcefalia e suas famílias. Estas, mazelas, porém, se somam aos efeitos das MPs 664 e 665, à desigualdade nos salários, piores condições de trabalho, desemprego, aumento do encarceramento e da violência.

Precarização e desemprego

Com os impactos da crise econômica mundial, em 2015 foram fechados 1,5 milhão de postos de trabalho. Segundo dados do IBGE, em 2015, a taxa de desocupação entre as mulheres passou de 6% para 8,2%. Em média, as mulheres recebem salários 26% menores que os homens. São discriminadas devido à função social da maternidade, por conta das licenças e afastamentos para acompanhar os filhos. A falta de creches afeta diretamente a inserção da mulher no mercado de trabalho. Em 2010, o nível de ocupação de mulheres com filhos na creche era de 65%.

Em 2012, as mulheres compunham 45,5% da população economicamente ativa. No fim de 2015, este índice chegou a 43,2%. Quase 8 milhões de mulheres perderam o emprego em 2015, muitas acabam migrando para a informalidade, que atinge sobretudo as mulheres jovens e as idosas, com 69% e 82%, respectivamente. A taxa de atividade das mulheres é 20 pontos percentuais inferiores à dos homens. As diferenças entre brancas e negras, mulheres do campo ou da cidade também pesam.

Com a crise no setor de serviços e comércio, muitas mulheres voltaram a trabalhar como domésticas. Depois de um período de queda, o número de trabalhadores domésticos cresceu 3,8%. São 6,2 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 95% são mulheres.

A maior escolaridade não é garantia de equiparação com o rendimento dos homens. A formação da mulher ainda se restringe a nichos como o serviço social, saúde e educação. Assim, entre as pessoas com 12 anos ou mais de escolaridade, as mulheres recebem 58% menos que os homens.

Pobreza

A pobreza, que atinge as famílias operárias e camponesas, acentua a posição de dependência da mulher perante o homem dentro de casa. Segundo dados de 2010, 30,4% das mulheres não tinham nenhum rendimento; entre os homens, o percentual é de 19,4%. O aumento da cobertura previdenciária, que levou a uma queda do número de idosas sem rendimento, agora está na mira

da reforma da previdência. Enquanto 25% dos homens tinham rendimento de até um salário mínimo, este índice é de 33,7% para mulheres (percentual acrescido em 7 pontos no caso das negras e que chega à metade das mulheres do campo).

Trabalho doméstico

Em geral, a jornada de trabalho remunerada das mulheres é quase oito horas menor que a dos homens. No setor informal, são dez horas a menos. O que impacta significativamente na remuneração. Porém, o trabalho doméstico e os cuidados a familiares compõem uma outra jornada não remunerada, que para as mulheres chega a 22 horas semanais, enquanto para os homens, limita-se a 9,5h. As funções também são diferentes, em geral os homens realizam atividades complementares, como as compras de alimentos, transporte dos filhos e reparos na casa.

Família

Segundo dados do IPEA (2009), 35% das famílias são chefiadas por mulheres, ou seja, nestas casas, são as mulheres que mais contribuem com a manutenção econômica ou com a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos. O crescimento de 8% relaciona-se com o aumento da escolaridade e participação no mercado de trabalho. Dentre as diferentes configurações que estas famílias assumem, há aquelas em que tal condição foi “conquistada” pela mulher devido ser a única pessoa adulta da unidade familiar ou única pessoa não-idosa, seja por morte ou abandono do homem.

Violência

O Brasil se tornou referência em legislação de “gênero”, com a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006 e a lei do feminicídio, em 2015. O aumento da punição aos agressores foi seguido por uma ligeira queda no número de assassinatos de mulheres em 2007, depois voltando a crescer vertiginosamente. O Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de homicídios de mulheres.

O Mapa da Violência 2015 – homicídios de mulheres no Brasil mostram que, de 2003 a 2013, o assassinato de mulheres negras cresceu 54,2%, enquanto o de mulheres brancas caiu 9,810%. É no lar que ocorreram 55,3% dos crimes contra as mulheres. 67% dos casos de violência entre as mulheres são cometidos por parentes próximos ou conhecidos das famílias; parceiros ou ex-parceiros são os autores em 33,2% dos casos.

A cada dia, no Brasil, 13 mulheres são assassinadas; 130 são estupradas; 405 demandam atendimento em uma unidade de saúde por alguma violência doméstica ou sexual e 3.600 são espancadas.

Aborto

Para desviar o foco dos escândalos de corrupção e adular o eleitorado conservador e religioso, brotam no Congresso nacional inúmeros projetos para tornar as penas pelo aborto ainda mais severas, inclusive nos casos de contaminação pelo zika vírus. A criminalização do aborto e a falta de garantias de que o procedimento seja feito de forma segura e gratuita no sistema público de saúde levam cerca de um milhão de mulheres a recorrerem ao

procedimento, de forma clandestina, a cada ano, resultando em ao menos 270 mortes e centenas de mutilações.

Encarceramento

As mulheres são 8% da população carcerária no Brasil, de um universo de 38 mil, cerca de 75% são mães. Nos últimos 15 anos, o aprisionamento feminino aumentou em 570%. A estimativa é de que 63% dos delitos referem-se ao tráfico de drogas, em geral, pequenas quantidades.

Organizar a luta pelos direitos das mulheres

Apesar de toda a demagogia dos organismos imperialistas, governos e ONGs, é preciso que as mulheres saibam que as leis de pro-

Microcefalia e aborto

Os casos de microcefalia reacenderam a discussão sobre o direito ao aborto. Há o precedente da permissão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de a gestante interromper a gravidez quando diagnosticada a anencefalia. Ou quando a gestante comprovadamente corre o risco de vida. Outra exceção à lei que proíbe o aborto é a dos casos de estupros.

No primeiro caso, trata-se de uma grave doença cerebral. No segundo, a vida da mãe é o fator determinante. No terceiro, a gravidez surgida da violência sexual. Assim, o STF decidiu que o aborto se justifica, nestes três casos.

Sem dúvida, as duas principais causas são distintas da terceira. O estupro entrou na categoria das exceções pelo fato de o estuprador impor à mulher uma gravidez indesejada. Esse é o principal motivo que leva a mulher violentada a recorrer ao aborto. Evidentemente, está envolto pela dramaticidade e pelos valores morais, que expressam socialmente as noções ideológicas que envolvem a vida sexual. O fato é que, a princípio, não há nenhum risco para a vida da mãe ou do feto.

Se o STF admitisse como exceção o caso da microcefalia, seria um quarto caso. A mãe não corre risco de vida e a criança poderá ter um longo período de existência, mas em condições de inteira dependência dos pais.

Como a microcefalia atinge em sua grande maioria as mulheres pobres e miseráveis, cuidar de um filho completamente incapacitado é uma tarefa sacrificante e quase impossível para tais famílias. Assim como a anencefalia, a microcefalia é uma enfermidade que atinge quase que exclusivamente os fetos de mães pobres e miseráveis.

A epidemia do vírus zica pôs à luz do dia mais uma doença da miséria. Ainda os médicos e pesquisadores discutem até onde existe a relação entre um e outro. Mas não há dúvida de que envolvem fundamentalmente as gestantes pobres e miseráveis, embora qualquer grávida possa ser contaminada pelo Aedes Aegypti. A probabilidade das ricas serem afetadas é menor. No caso de alguma ser atingida, pode recorrer sem nenhum risco ao aborto clandestino. Se pretender ter a criança – uma decisão bem improvável –, não faltará recurso para mantê-la.

Nota-se que o direito ao aborto diz respeito quase que exclusivamente à proteção das mulheres pobres e miseráveis, ainda que o direito seja formalmente universal. As distinções de classe diante de um mesmo problema revela que a opressão geral sobre as mulheres é uma opressão de classe.

teção à mulher, como o direito ao aborto, proteção à maternidade, garantia de salário igual para trabalho igual, dentre outras, só poderão ser conquistadas por meio do movimento de massas e pela ação direta. Terão de ser impostas à burguesia. Enquanto perdurar o domínio dos capitalistas, porém, qualquer conquista é instável. É ilusão acreditar que por meio de mecanismos jurídicos estas mazelas serão enfrentadas, pois elas têm suas raízes na sociedade de classes.

No meio das organizações de massas, nos locais de estudo e trabalho, é urgente defendermos a formação dos comitês para derrubar as leis obscurantistas, responder aos ataques aos salários, empregos e aposentadoria.

Estas lutas são parte da tarefa de homens e mulheres para se pular todo tipo de opressão e exploração.

A proibição ao direito de abortar também é universal, mas de fato se volta contra as mulheres pobres e miseráveis, ou seja, pertencentes à classe operária, à camponesa oprimida e à parcela da classe média. Os casos particulares da anencefalia e da microcefalia são esclarecedores, nesse sentido. Em grande medida são as mulheres pobres e miseráveis que dependem do direito ao aborto.

Em um gesto de hipócrita bondade, reconhece-se a necessidade de uma mãe quando abandona o filho com microcefalia em instituições. Seria estranho se se pusessem a condenar a família que mal consegue criar os filhos que nascem sadios. Seria estranho se não aparecesse alguma boa alma para se encantar com a criança que terá a vida vegetativa e em um ato magnânimo a adotar. Também seria estranho se não surgisse um movimento de ajuda às mães pobres e miseráveis que arcam com o peso da microcefalia.

Assim que a discussão sobre o aborto reacendeu, levantaram-se os seus opositores com soluções paliativas ou falsas esperanças de que afinal as mulheres pobres e miseráveis têm apoio da sociedade. Não se sentirão a sós e abandonadas. Tais almas altaneiras trabalham contra o direito ao aborto, mas não se colocam para que o governo assuma inteiramente a responsabilidade da microcefalia perante a família. Iludem com a busca da limitada assistência governamental. Passam longe do dia a dia da labuta dos pais pela mísera existência e dos impossíveis cuidados que devem ter para manter o filho de vida vegetativa.

Como não poderia de ser, os meios de comunicação correram a divulgar que 51% de um universo de 2.768 entrevistados disseram ser contra o aborto diante da constatação da microcefalia e 39% a favor, sendo que entre as mulheres 58% se pronunciaram contra. A pesquisa serviu para constatar o óbvio e fazer propaganda contra o aborto. A surpresa foi que 39% mostraram compreender a gravidade da situação.

Nunca houve uma discussão ampla, séria e democrática sobre essa questão. A população está à mercê da doutrinação religiosa, que construiu uma visão particular da vida por cima da materialidade do mundo real, da exploração do trabalho, da pobreza das massas, da opressão sobre as mulheres, etc.

A ideia de que o aborto é uma violação à criação divina é um dos absurdos da religião, que está calada tão profundamente na consciência alienada das massas. A influência política das igrejas sobre o Estado continua poderosa, que lhes faculta

influenciar a educação, a saúde e toda assistência social. Há uma legião de médicos, jornalistas, políticos, teólogos e assistentes colocados a serviço das igrejas. Trabalham incessantemente contra a luta independente dos explorados, amortecem sua consciência política e bloqueiam as reivindicações que se traduzem em progresso da vida social. É do interesse da burguesia apoiar seu obscurantismo.

Mas as explicações não se limitam ao dogmatismo da fé. Os direitos humanos são evocados, como princípio abstrato do direito à vida. Interromper a gestação, seja lá por que motivo, é um atentado ao direito humano, que é o direito à vida. O aborto assim é tido como assassinato. No entendimento do jornalista Carlos Alberto Di Franco: “A legalização do aborto é o primeiro elo da imensa cultura da morte”. Diante da miséria, da fome, da mortalidade infantil, da inanição das mulheres, no entanto, esse tipo de direito humano, de direito à vida, cessa.

Não importa aos inimigos do direito ao aborto se a imensa maioria dos casos de má formação cerebral do feto se deve à brutal exploração do trabalho, ao desemprego, ao salário de fome, as habitações insalubres e à dupla jornada imposta à mulher. Não importa que as mulheres pobres e miseráveis tenham de pagar o preço da miséria com a má formação do feto, de carregar a responsabilidade de criar um ser despojado de vida mental ou então de abandoná-lo por desespero. A esses promotores dos direitos humanos, na realidade promotores do obscurantismo religioso, não importam as condições sociais em que as mulheres engravidam. Simplesmente, fazem a cruzada anti-aborto, seja contra as condições particulares (anencefalia, microcefalia, etc.), seja contra as gerais (o direito da mulher decidir se terá ou não o filho).

Se não se tem o direito ao aborto, recorre-se à clandestinidade. Mais de um milhão de brasileiras vão por esse caminho; mais de 250 morrem anualmente devido às más condições clínicas, segundo estimativas imprecisas. E quantas não ficam mutiladas? São muitos os casos escabrosos de aborto forçado.

Operários lutam pelos empregos

Os operários vêm mostrando disposição para enfrentar a crescente onda de demissões. Sentem o peso da perda do emprego, única fonte de renda para sobrevivência de sua família. Ficam aterrorizados diante das gigantescas filas de postos de cadastramento de trabalho. Começam a ver que as medidas patronais de redução salarial (PPE), suspensão temporária (lay-off), férias coletivas e banco de horas não estacam as demissões. As greves e manifestações, em grande medida, se restringem às empresas de pequeno e médio porte. São autopeças, fabricantes de acessórios e de bens de consumo. Chama atenção o fechamento de empresas, os atrasos de pagamento de salários e as demissões sem o acerto das verbas rescisórias.

A situação que descrevemos abaixo mostra uma tendência da classe operária de reagir às medidas patronais contra os empregos e os salários. No entanto, evidencia a política das direções sindicais, sejam elas da CUT, Força Sindical, Intersindical e Conlutas de tratar esses problemas como se fossem questões de determinadas empresas. Não há uma política geral contra as demissões e as quebras de direitos. Prevalece o sindicalismo corporativo e de feudo. Ou seja, cada agrupamento político que controla a região ou o setor é “responsável” por encontrar uma “saída” para con-

Raramente uma mulher rica morre ou é mutilada. A corda arrebenta no elo mais fraco da opressão geral sobre a mulher, onde se encontra a maioria pobre e miserável. A questão, portanto, é mais ampla. Vai muito além dos casos do risco de vida da gestante, da anencefalia, do estupro e da microcefalia.

A gravidez indesejada e que se torna um tormento para a mulher ultrapassa as condições sociais adversas. Dir-se-á que há ricas que podem criar tranquilamente. Mas o fato é que a imensa maioria que aborta clandestinamente são mulheres pobres e miseráveis. Nisto reside a importância decisiva das condições sociais.

É preciso ainda considerar a opressão geral sobre a mulher, que advém da sociedade de classes em que os homens historicamente a alijaram da produção, apropriaram-se inteiramente da propriedade privada dos meios de produção, ocuparam-se de toda organização da sociedade e impuseram à mulher a condição de escrava da família. Por mais que se tenham alterado as formas de subordinação da mulher, no fundamental a opressão se mantém, mesmo nos países de capitalismo mais avançado. Nos países atrasados e semicoloniais, que suportam o saque imperialista levado a cabo pelos países adiantados, a mulher carrega uma carga muito mais pesada. Direitos elementares como o aborto lhes são negados em nome da criação divina e dos direitos humanos.

Diante da evidente opressão e da bárbara situação em que vive a maioria, há que se travar a luta sem trégua pelo legítimo direito de as mulheres decidirem sobre a continuidade ou não da gravidez. A decisão do STF de atender a casos particulares é um progresso, mas contraditório uma vez que mantém a discriminação. O direito ao aborto, sob condições médico-hospitalar garantidas pelo Estado, sem dúvida, será uma conquista arrancada da burguesia pelo movimento dos explorados, sob a política de classe do proletariado. Será um passo na luta pela defesa da mulher contra a opressão e pelo objetivo histórico de sua total emancipação.

ter os ânimos dos trabalhadores envolvidos. E, por outro lado, o retrocesso da classe operária é tão grande que impede que a vanguarda quebre esses obstáculos e alcance a luta unitária.

O POR lançou uma carta aberta às centrais e sindicatos em favor da constituição de uma frente única sindical em defesa dos empregos e dos salários. Fez um chamado para que se colocassem pelo fim de todos os acordos de flexibilização capitalista do trabalho; que organizassem um movimento nacional sobre a base de assembleias e comitês de luta; que se posicionassem pela redução da jornada sem redução dos salários, pela estabilidade no emprego e pela escala móvel do trabalho para incluir na produção todos os desempregados. Portanto, um combate ao corporativismo, ao divisionismo e ao estatismo, obstáculos que impedem a transformação do instinto de luta dos operários contra as medidas capitalistas em ações coletivas e de massa. Mas, a pequena inserção do partido no seio da classe operária é também um enorme obstáculo para que uma política revolucionária seja encarnada pela vanguarda. A tarefa de penetração da política classista e revolucionária é fundamental para que a classe operária consiga romper essa camisa de força imposta pelas burocracias sindicais.

Crescem as greves contra as demissões e atraso de pagamentos

Burocracias insistem no corporativismo e na divisão dos movimentos

Ocupação da Mabe

Os dois mil operários da Mabe, que estavam acampados desde o dia 22 de dezembro, ocuparam em meados de fevereiro as duas fábricas, a de Campinas e a de Hortolândia, após a decretação judicial de falência da empresa. Nos últimos dias, houve uma manifestação de protesto envolvendo as duas empresas de fogões e aparelhos domésticos. Até o momento, o Sindicato Metalúrgico de Campinas (Intersindical) procura um acordo que garanta o pagamento dos direitos trabalhistas. Aceita, portanto, as demissões. Trata do fechamento da fábrica como um problema restrito à Mabe, quando na mesma região tem crescido o fechamento de fábricas. A importante ocupação é usada pela direção do sindicato como pressão para negociar os direitos.

A ocupação é um passo importante da classe operária para avançar no método de expropriar a empresa e colocá-la em movimento pelos que realmente produzem. É claro que a ocupação da Mabe é limitada pela ausência de uma luta geral da classe operária contra as demissões e pela falta de uma frente única que congregue a maioria dos sindicatos. Nem por isso, o sindicato não está livre de organizar uma séria ocupação que coloque o controle operário da produção.

Fechamento da Lavagem Americana

A Lavagem Americana (zona sul de São Paulo), fabricante de aspirador de pó, foi fechada. Os operários foram trabalhar e não puderam entrar na fábrica. Sem salário, sem o pagamento do vale, com o PLR atrasado e mediante a resposta do patrão de que não tem dinheiro, se colocaram em frente da fábrica à espera de uma negociação entre o sindicato e a empresa. O Sindicato Metalúrgico de São Paulo recorreu à Justiça do Trabalho para garantir os direitos. Ao invés de aproveitar a revolta e projetar a luta contra o desemprego para todos os metalúrgicos e deles para toda classe operária, os burocratas se mostram complacentes com o patrão explorador.

Montadora chinesa demite terceirizados

A greve na montadora Chery surgiu em função da demissão de 40 trabalhadores terceirizados. A montadora conta com 400 operários. Não respeitou nem mesmo a legislação da terceirização que prevê essa modalidade de contratação apenas para as atividades meios. Sem mais nem menos contratou terceirizados para todas as funções. Agora os demite. O Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos/Conlutas, embora tenha defendido em palavras a contratação efetiva dos terceirizados, negociou com a multinacional um acordo, que resultou na recontratação de oito terceirizados. Os 32 restantes foram postos na rua.

O sindicato da Conlutas desavergonhadamente disse que a montadora prometeu dar prioridade para novas contratações aos 32 demitidos, assim que aumentarem as vendas.

Não se deve ocultar que o fechamento de 32 postos de trabalho é um ataque à classe operária, que paga o preço da crise com mais de um milhão e meio de demissões no ano passado.

A também nesse caso, a limitação da luta e a fraqueza de sua direção política está determinada pelo bloqueio que o movimento dos trabalhadores vem sofrendo em todo o país pela burocracia sindical.

Demissão na Arno

A fábrica da Arno, da Baixada do Sapo, demitiu quase 700 operários. Restaram cerca de 300, que cumprem apenas a função de reparação dos ventiladores que vêm da China. Essa denúncia foi feita por um dos operários que recebeu o Boletim Nossa Classe.

Assim é o capitalismo. Age unicamente conforme os seus interesses. O burguês não perderá o seu bom sono se as 700 famílias padecerem da fome e da miséria, o que importa é que a fabricação na China garanta mais lucro, sob a dura exploração e opressão dos operários chineses. Se amanhã o capitalismo ver mais vantagem no interior das fronteiras de outra nação, sem pestanejar, abandonará os chineses e explorará o trabalho de outro.

Na mesma denúncia, o operário reclamou que o Sindicato Metalúrgico de São Paulo, controlado pela Força Sindical, simplesmente deixou os operários da Arno à deriva. Está aí mais um exemplo da grande trava que impede que a revolta dos operários se transforme em ação coletiva e unitária contra os exploradores e o capitalismo. Está colocada a tarefa de constituir as comissões ou grupo de fábrica (ainda que inicialmente clandestinos) para organizar a luta desde o chão da fábrica e forjar uma nova direção sindical classista e revolucionária.

Montadora atrasa os salários

Os operários da Karmann-Ghia, em São Bernardo, aprovaram a greve no dia 10 de fevereiro. O descontentamento era generalizado porque a montadora havia atrasado os salários e outros direitos, como o 13º. O Sindicato Metalúrgico do ABC usou a greve para pressionar por um acordo. O resultado foi a suspensão da greve mediante a proposta patronal de pagamento do salário até meados de março. Os operários sem outra perspectiva aprovaram o acordo e retornaram ao trabalho ainda de mãos vazias à espera que a montadora cumpra.

É com esse tipo de manobra que a burocracia conciliadora desativa as tendências objetivas de luta que se verificam nas fábricas e que tendem a convergir para um movimento geral e unitário contra as demissões, o desemprego, o rebaixamento salarial.

Acordo pró-patronal na Arteb

A Arteb, fábrica de autopeças de São Bernardo, demitiu 370. Os operários foram à greve. Depois de 4 dias, a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC defendeu a suspensão do movimento e aceitação da proposta patronal de pagamento parcelado das verbas rescisórias, incluindo o valor referente à multa de 40% sobre o FGTS. Depois de aceitar o acordo, a burocracia tratou de convencer os operários de que a negociação “foi dura e demorou para se chegar a uma proposta aceitável”. Com isso, deu por encerrada a mobilização.

Está aí mais um exemplo de como a burocracia manipula as greves e desmoraliza os métodos de luta da classe operária. Os burocratas aproveitam a situação difícil dos operários demitidos e da ausência da luta unificada contra as demissões em massa para negociar uma “solução” que serve apenas aos interesses do capitalista.

Não haverá um acordo de conciliação favorável aos operários

Os operários da Italspeed foram à greve exigindo o pagamento dos salários atrasados e e da segunda parcela do abono salarial. Os demitidos, por sua vez, não receberam as verbas rescisórias. A fabricante de rodas há muito vem golpeando os trabalhadores. Agora, chegou ao limite de não pagar os salários.

O Sindicato Metalúrgico de São Paulo usou a paralisação para pleitear que o Tribunal Regional do Trabalho fizesse um acordo de conciliação. Até o momento, não se sabe o desfecho do movimento.

Greve na Itrón

A fabricante de máquinas e eletrônicos, Itrón, localizada em Americana, demitiu 35 de um total de 360. Contra as demissões, os operários entraram em greve. O sindicato segue a mesma política, do acordo por empresa.

O acordo que aceita a demissão

O caso da CAF, em Hortolândia, que demitiu 109 dos 500 operários é a demonstração da impotência das direções sindicais. Os operários foram à greve, mas não tiveram força para reverter as demissões. O isolamento do movimento, embora houvesse outras fábricas na região com o mesmo problema, fez com que os operários aceitassem as demissões mediante o pagamento de 2 salários a mais na rescisão.

Como se vê, a greve controlada pela burocracia acaba não potenciando a disposição de luta dos operários. Ao contrário, é usada para um acordo que desmoraliza os trabalhadores.

Terceirizadas sugam o sangue dos operários e demitem a rodo

Um exemplo da enorme exploração do trabalho são as empresas terceirizadas. A Petrobrás há muito opera com as terceirizadas. E as denúncias de demissões, de atrasos de pagamento e desmonte dessas empresas são constantes. As terceirizadas, vinculadas à Petrobrás, vêm demitindo a rodo. Estima-se que 129 mil terceirizados foram demitidos em um ano e meio. Somente no primeiro semestre do ano passado, 59 mil perderam os empregos. Grande parte dessas terceirizadas demitem e não pagam o dinheiro da rescisão.

O exemplo da MCE Engenharia, prestadora de serviços para a Refinaria Presidente Bernardes, mostra a superexploração. Os operários desta terceirizada estão em greve há duas semanas. Reivindicam o pagamento de salário, vale-refeição e outros direitos, que estão em atraso. A MCE demite à vontade e não paga a rescisão do contrato.

A política da direção sindical é a de usar a greve para um acordo junto ao Ministério do Trabalho. Ao invés de fortalecer o movimento para ganhar apoio efetivo de outras terceirizadas, o isola. A luta contra a terceirização é discurso de burocracia

sindical. De fato, não fazem a defesa da reivindicação que unifica todos os terceirizados, que é a efetivação de todos pela empresa que contrata os serviços.

Montadora anuncia mais demissões

A General Motors de São Caetano anunciou a demissão de 1.500 trabalhadores, que fazem parte dos 2.300 que estavam em lay-off. Esse corte representa 16,3% do total de 9.200 empregados. A direção do sindicato metalúrgico de São Paulo diz que é contra e que buscará uma “alternativa que seja menos dolorosa para os trabalhadores”. Adiantou aos meios de comunicação de que uma das propostas é a da prorrogação do lay-off por mais cinco meses, ou a adesão ao PPE (Programa de Proteção ao Emprego). Isso a burocracia chama de “menos dolorosa”. Mas, vai além: cria a ilusão naqueles que não estão na lista de demissões de que a montadora irá produzir outra marca de carro (Onix), que já é produzido na fábrica de Gravataí. Procura, assim, dividir os operários (empregados e demitidos) e aceita a redução salarial sem nenhuma garantia de emprego (PPE e lay-off). Não há nenhuma iniciativa de unificar os operários da GM de São Caetano, São José dos Campos e Gravataí. A divisão sindical pesa enormemente contra os operários.

Campanha das burocracias pelo emprego

No dia 1 de março, os metalúrgicos do ABC planejaram uma manifestação que contava com 6 reivindicações: “Programa Nacional de Renovação da Frota, emprego, correção da tabela do imposto de renda, redução dos juros, contra a reforma da previdência e a precarização do trabalho. Acabou se restringindo a uma assembleia na porta da Ford, em função das chuvas. Nela estavam presentes as burocracias sindicais dos metalúrgicos de São Paulo e de outros estados, que reafirmaram a campanha nacional pelo emprego. Reforçaram a reivindicação central de que o governo coloque em prática o programa de renovação da frota.

No mesmo dia, a Força Sindical e UGT promoveram um ato em torno da reivindicação de juros baixos, em frente ao Banco Central, com a participação quase que exclusivamente de representantes sindicais.

O objetivo das burocracias sindicais era o de fazer os protestos dois dias antes da reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento, organismo composto de empresários, governo e dirigentes sindicais.

As montadoras fazem o cerco ao governo em torno do Programa de Renovação da Frota e os dirigentes sindicais arrastam os metalúrgicos em apoio, com a ilusão de que o programa possibilitará assegurar os empregos.

A burocracia depois de impor medidas antioperárias, como o PPE, lay-off, PDVs e outras, que dizia proteger os empregos, agora, diante da evidência do fracasso, avalia que é preciso dar um passo à frente na implantação do “Programa de Renovação da Frota”. Nas palavras de Rafael Marques (presidente do sindicato), as medidas tomadas “estão se esgotando”. E que é preciso “reforçar a mobilização de trabalhadores e empresários para a retomada do setor ainda em 2016”.

Veja a que ponto chegam os dirigentes sindicais. As montadoras demitem, ameaçam com o terror do desemprego, rebaixam os salários, suspendem temporariamente, aplicam o programa de

demissão voluntária e toda espécie de desgraça para a vida dos operários. E a burocracia se comporta como carneiro. Defende mais subsídios às milionárias montadoras. O “Programa de Renovação da Frota” nada mais é do que mais vantagens à multinacionais diante da queda nas vendas de caminhões e carro. Nada tem a ver com a defesa do emprego, que implica independência de classe e acirrada luta contra os capitalistas.

A política da burocracia sindical consiste justamente em negar o programa de reivindicação da classe operária e assumir o programa de “ajuste” capitalista da burguesia.

Constituir um movimento nacional em defesa dos empregos e dos salários

Os dados oficiais indicam que mais de 9 milhões de trabalhadores estão à procura de emprego. O ano de 2015 foi terrível para os assalariados. As demissões se agigantaram em quase todos os setores. Foram fechados 1,114 milhão de postos com carteira assinada. A indústria foi o carro-chefe, cortando 825 mil. Estima-se que, em 2016, a taxa de desemprego de 9% passará a 13%.

Os capitalistas e governos, diante da crise econômica e do monumental endividamento do país, impõem medidas antio-perárias e antipopulares. As demissões, a elevação do custo de vida, o aumento de impostos e tarifas têm se tornado a maior desgraça para as famílias operárias. A miséria e a pobreza crescem a olhos vistos. Consequentemente, mais famílias são desestruturadas e mais se amplia a criminalidade.

Como responder a tamanha ofensiva da burguesia contra os explorados?

As grandes centrais (CUT e seus satélites discursam contra as medidas patronais e ao mesmo tempo se agarram à conciliação (aplicação da flexibilização capitalista do trabalho, acordos de demissão, defesa de pleitos capitalistas, etc.) e ao apoio (CUT, etc.) ou oposição burguesa (Força Sindical, etc.) ao governo. Querem fazer crer que por esse caminho a classe operária e os explorados em geral poderão “sofrer menos” (menos “dolorosa”, como diz o dirigente sindical). Aproveitam o descontentamento dos trabalhadores para aprovar greves passivas e limitadas, que servem de instrumento para as negociações com o patronato.

As centrais vinculadas às correntes de esquerda (CSP-Conlutas e Intersindical) não se constituíram como uma força real da classe operária na luta contra as burocracias traidoras. Acabam exercendo a política corporativa e isolando as greves que estão sob sua direção. Com isso, a classe operária se encontra dividida pela ação das direções sindicais e num profundo retrocesso político. O que favorece à ofensiva da burguesia e de seus governos.

Não há outro caminho para defender a vida dos explorados a não ser o da luta de classes. Mesmo na situação de enorme controle da burocracia sindical, é tarefa dos revolucionários atuar levantando as reivindicações que unem os operários e demais explorados e o método para enfrentar a ofensiva dos capitalistas, que é o da ação direta (greves, ocupações, bloqueios).

Diante da avalanche de demissões, fechamento de fábricas, atraso de pagamentos e eliminação de direitos, o POR lançou uma carta aberta chamando a constituir uma frente única de todas as organizações operárias e dos movimentos em defesa das condições de vida e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos explorados. Chamando as Centrais, sindicatos e movimentos a se independizarem do governo e da política burguesa.

A luta dos camponeses e dos sem-terra

Os camponeses que estão acampados não suportam mais a espera dos assentamentos prometidos pelo governo Dilma Rousseff. É o caso da recente ocupação da Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Campo Grande, pelas famílias dos acampamentos de Anastácio, Jardim e Nova Alvorada do Sul, no início de fevereiro. E de 600 famílias de sete acampamentos que ocuparam, poucos dias depois, a estrada que dá acesso à área do Projeto S11D da Empresa Vale S.A no município de Canaã dos Carajás, no Pará. O motivo do protesto são os despejos dos camponeses das terras públicas pela empresa Vale.

A exigência dos ocupantes é a mesma: a retomada do processo de reforma agrária. Mas, também se repete, lamentavelmente, a política das direções: ocupar, pressionar e sair pacificamente depois da ordem judicial de reintegração de posse dos locais.

A situação se agrava porque o governo Dilma assentou unicamente 26.235 famílias, desde o início de seu mandato. Em 2015, o governo não publicou nenhum decreto que destina áreas para assentamento. A promessa de assentar os acampados até o final de seu mandato virou letra morta. O que houve, na realidade, foram cortes nos programas de assistência técnica e nos recursos destinados à produção nos assentamentos. As 12 mil casas rurais, também prometidas, caíram no esquecimento.

Ao mesmo tempo em que o governo vira as costas para os sem-terra, os latifundiários e suas milícias privadas avançam sobre as lideranças dos camponeses pobres. Basta que olhemos os dados de 2015. Dos 50 assassinatos registrados no Brasil, 47 foram na região amazônica, sendo 20 em Rondônia, 19 no Pará, 6 no Maranhão, 1 no Amazonas e 1 em Mato Grosso. Basta que olhemos o crescimento das ameaças de morte no campo, que ultrapassa centenas. A violência no campo, que vai desde as ameaças aos assassinatos, vem ganhando enormes proporções. Chama atenção o elevado número de assassinatos de camponeses e sem-terra no estado de Rondônia, o mais elevado desde 1985.

Como se vê, a diretriz do governo Dilma não é a de favorecer os camponeses e os sem-terra. Ao contrário, é a de cumprir com o pagamento da dívida pública, proteger as montadoras diante da queda das vendas, o agronegócio e o capital financeiro. O “ajuste fiscal” golpeia a maioria explorada - camponesa, operária e classe média arruinada. E a de manter na impunidade os crimes dos latifundiários contra os sem-terra e lideranças dos movimentos camponeses.

Está aí por que a luta dos camponeses pobres, dos sem-terra, da classe operária e demais oprimidos é a mesma. Trata-se do combate pelas reivindicações que unificam os explorados do campo e da cidade. Começa pela defesa da independência de classe dos movimentos frente ao governo. Parte das reivindicações vitais e as combina com a luta estratégica de fim do capitalismo, raiz da exploração e da opressão de classe.

A política de conciliação de classe, de apoio aos governos do PT e de ocupações e desocupações passivas como forma de “pressão” aos governos mostra-se fracassada. Evidencia-se, ao contrário, a necessidade de impor as reivindicações pelos métodos da luta de classes. A aliança operária e camponesa é nossa resposta aos ataques dos governos. Essa é a aliança que os camponeses precisam constituir para que o movimento dê um salto na luta pela terra.

Assembleia na Mercedes de São Bernardo: operários desconfiados Responder às demissões com greve, manifestações de rua e ocupação de fábrica!

No dia 16 de fevereiro, ocorreu uma assembleia na Mercedes da região do ABC. Durante 10 minutos, os metalúrgicos ouviram apenas Sérgio Nobre. O secretário geral da CUT iniciou se queixando da comunicação entre os operários que estariam “pintando um cenário mais feio do que realmente é”. A inquietação deveu-se aos 1500 que entraram em lay-off e a possibilidade de demissão após o prazo de suspensão. Sérgio Nobre lembrou 2015, quando ele próprio esteve na porta da Mercedes, dizendo aos operários que aquele seria um ano difícil. Agora, no entanto, o quadro é diferente. O secretário da CUT avalia que a situação continua difícil, mas que 2016 será ano de recuperação.

Sérgio Nobre apresentou três razões que explicariam a queda na produção. *Primeiro*: recuo nas exportações. Países importantes entraram em crise e pararam de comprar. *Segundo*: “não separação do papel social que as empresas – construtoras – cumprem daquelas pessoas que cometeram o crime”. Sérgio diz que o país possui 39 grandes construtoras, que fizeram os estádios da copa e reformaram portos e aeroportos. São empresas brasileiras de engenharia nacional. Essas mesmas construtoras estão sob investigação da “Lava Jato”. Ocorre, segundo o secretário, que não houve a devida separação da empresa de quem a administra. A ação prudente seria trocar a diretoria e ressarcir os lesados, mas não impedir que a empresa continue atuando e gerando emprego. Para Sérgio Nobre, o fato é que, mesmo sem provas, as construtoras foram impedidas de concorrer a novas licitações e, na inexistência de novos contratos, essas empresas não compram mais caminhões. O *terceiro* fator foram os erros na condução da política econômica sob direção de Joaquim Levy. Sérgio Nobre explicou à assembleia que alertou o então ministro da Fazenda, se contrapondo à sua política recessiva. Disse ter ido várias vezes conversar com Levy, cobrando o cumprimento de seu papel de impulsionador da economia, mas os avisos foram ignorados sob a alegação taxativa de “acertar as contas do governo”.

Após enumerar os problemas da crise, anunciou as mudanças na conjuntura que justificariam a avaliação de “2016 ser ano de recuperação”. São elas: 1) a desvalorização do real em relação ao dólar estimularia as exportações; 2) criação de um projeto de lei que libera as construtoras a operarem independentemente das investigações. Com isso, as empreiteiras retomariam as obras públicas e se reativaria a economia e 3) saída de Levy e entrada de Joaquim Barbosa, um “ministro desenvolvimentista”.

Dito isto, avaliou que até o final de 2016 a produção se manteria baixa, porém, a partir do segundo semestre retomaria o fôlego e concluiria em 2017 com produção forte. Disse ainda haver a possibilidade de renovação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), visto por ele como um elemento benéfico, inexistente em outros momentos de crise. Dando a entender

que os operários estariam assim melhor amparados.

Sérgio Nobre finalizou sua fala – a única da assembleia – orientando os operários a: 1) a desconfiarem dos jornais, pois o que é dito não é real; 2) aceitem a suspensão (lay-off), porque ela evita a demissão; 3) acatem exclusivamente as orientações vindas da *comissão de fábrica* e dos *boletins da empresa*; 4) comparecerem à plenária, que ocorreria no sábado na sede do sindicato para “analisar” e “elaborar uma programação de luta”.

Ao término, fez a pergunta aos metalúrgicos: quem iria a Brasília acampar em frente ao ministério da Fazenda cobrar crédito e o Programa de Renovação de Frota. Meia dúzia se manifestou. Concluiu recomendando aos 1500 que saíam em lay-off que aproveitassem para “curtir a família”.

Quais são os problemas da fala de Sérgio Nobre? Pede aos operários que se agarrem na esperança de que a crise econômica está quase no fim. Promete um futuro incerto quando os capitalistas estão demitindo por toda a parte e em todo o país. A lábia “desenvolvimentista” procura manter os operários na crença de que o capitalismo passa por um mal súbito e que sua rápida recuperação está garantida. Procura evitar que o descontentamento com flexibilização capitalista do trabalho aplicada pelas multinacionais, com a colaboração do sindicato, dê lugar à luta, greves, manifestações e ocupações de fábrica. O burocrata está vendo que os operários já não podem confiar na política de colaboração e nas mentiras.

Na realidade, a tendência é de aprofundamento da crise. O recuo chinês afundará ainda mais as economias que dependem de exportação de matéria prima. Não há Nelson Barbosa algum que freará as tendências mundiais de decomposição do capitalismo. O fato é que a CUT está no governo. Sob a política governista do PT foi profundamente estatizada. A íntima relação entre Sérgio Nobre e o governo é evidente. Para negociar com as multinacionais, recorre ao Estado e ao governo, pleiteando medidas que interessam aos exploradores. Assim foi com a isenção de IPI, desoneração da folha de pagamento, PPE e a agora com a retomada do Programa Renovação da Frota.

Essas não são as reivindicações da classe operária. Emprego, salário e direitos, aqui estão suas genuínas reivindicações. Ao contrário de reivindicar medidas capitalistas, trata-se de levantar o programa operário. A bandeira é: “emprego não se negocia, defende-se com luta”. Organizar uma campanha nacional pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial. Pela efetivação de todos os terceirizados, fim do sistema de terceirização, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho. Pela constituição de uma frente única sindical para responder às demissões e se contrapor a todas as medidas dos capitalistas e do governo que atentem contra os direitos trabalhistas e previdenciários. Unificar os explorados e desenvolver a sua organização independente, tendo por base o método da ação direta.

Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo

A corrente proletária esteve presente no VII Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo, realizado no dia 20/02/2016.

Este encontro foi chamado pela Assojubs, uma associação de Santos, formada por trabalhadores de base, que teve apoio da CSP-Conlutas/PSTU. O objetivo do encontro foi o de organizar a Campanha salarial, definir uma pauta de reivindicações e apresentar propostas de mobilização.

Estavam presentes aproximadamente 85 trabalhadores do judiciário. Do encontro saíram 46 itens que compõem a pauta de reivindicações. Foi aprovada a realização de uma assembleia no dia 11 de março, em frente ao Fórum João Mendes, que deverá discutir a pauta de reivindicações e definir a campanha.

Bahia

Governos Rui Costa (PT) e ACM Neto (DEM) atacam os direitos do conjunto dos servidores estaduais e municipais

O governador da Bahia Rui Costa (PT) aplica uma política de ataque aos direitos dos servidores públicos estaduais. Tem realizado o pagamento do reajuste linear dos servidores públicos baianos parcelados e já se manifestou que este ano não terá reajuste salarial, ou seja, 0%, mesmo com uma inflação galopante de 10,46%. Em 2015, 34 mil servidores públicos receberam até novembro salários abaixo do mínimo.

Com a reforma da previdência, todos os servidores públicos que ingressaram nos serviços públicos terão como teto da aposentadoria o limite previsto pelo INSS. O governo Rui Costa criou e aprovou em janeiro de 2015 o fundo de previdência complementar, PREVBAHIA, de modo que tanto os aposentados como os pensionistas foram prejudicados, pois terão os seus rendimentos reduzidos ao momento, atingindo os que mais necessitam de assistência médica e remédios. Houve também alterações nas regras para concessão da pensão por morte. Foi reduzida a contribuição do governo de 5% para 4% no Planserv (Assistência à saúde dos servidores públicos estaduais) e ampliada a contribuição dos trabalhadores. Muitas famílias passaram a pagar três vezes mais que os valores anteriores, comprometendo significativamente a renda familiar. Retirou-se de forma arbitrária o adicional de insalubridade dos servidores de diversas categorias. É um dos maiores ataques a previdência pública, aos aposentados e pensionistas e o conjunto dos servidores.

Mas os ataques do governador do PT não param por aí. Ainda em 2015 foi encaminhada à Assembleia Legislativa diversos projetos de Lei que atentam contra os direitos dos servidores públicos das Universidades Estaduais da Bahia. Os projetos intentam a retirada de licença prêmio, venda de parte das férias, entre outros direitos dos professores das universidades conquistados, conquistados em muitas lutas por várias décadas.

Dessa forma, o governo petista, como tantos outros gover-

Nas discussões, demonstramos que não basta aprovar uma imensa lista de reivindicações, que ano a ano se repetem. A principal tarefa é a de definir o índice salarial, a situação dos terceirizados e as terríveis condições de trabalho. A perda do poder aquisitivo, a estafante jornada e a instabilidade dos terceirizados exigem uma campanha salarial massiva, organizada nos locais de trabalho e impulsionada por um comitê de greve. Essa foi a posição defendida pela Corrente Proletária. Em sua defesa distribuímos o manifesto do POR que defender a constituição de uma frente única sindical para enfrentar as demissões em massa, a alta do custo de vida e as medidas governamentais que liquidam direitos trabalhistas e previdenciários. Foi importante não só a divulgação desse material como também a do livro Socialismo ou Barbárie, publicado pelo POR em janeiro.

nos do PSDB e demais partidos da ordem burguesa, tem usado da violência policial para reprimir os movimentos de greve e manifestações dos trabalhadores e servidores. As Universidades estaduais tiraram uma agenda de luta para se contrapor aos ataques desferidos à classe trabalhadora e ao conjunto dos servidores públicos. Somente com os métodos da luta de classe, da ação direta, das ocupações e sob a direção de uma política revolucionária é que conseguiremos arrancar conquistas. A CPE-POR se soma à luta dos professores, técnico administrativos, estudantes e demais servidores públicos estaduais para barrar a política de ataque imposta pelo governo Rui Costa (PT).

Professores da rede municipal de Salvador decretaram greve no dia 02/03

Os professores da rede municipal de Salvador em Assembleia realizada no dia 02 de março no Estádio do Pituacu com a participação de 2500 professores, decretaram greve por tempo indeterminado, o principal motivo foi a reivindicação do cumprimento da Lei 8722/2014 que define a jornada de trabalho dos docentes. De acordo com a referida lei um terço da carga horária de cada professor deve ser destinada a atividade extra classe. A implementação ainda não contemplou todos os professores da rede. A principal reivindicação é a universalização que já deveria ter sido cumprida desde o ano passado, sendo que o descumprimento da lei tem criado uma grande desigualdade na rede e falta de isonomia de direitos entre os professores e a situação da EJA no município.

Na assembleia os professores tiraram uma agenda de atividades para a semana e a paralisação conjunta com a rede estadual para os dias 15 a 17/03. Foi aprovada nesta assembleia que o dia 17/03 será um dia municipal de Luta em defesa da educação. Depois da assembleia os educadores saíram em passeada pelas ruas de Salvador. Todo apoio à greve dos professores da rede municipal de Salvador

Greve dos professores da rede municipal termina sabotada pela direção traidora do Sindiute (PT)

Em menos de 20 dias em greve, a direção traidora do Sindiute conseguiu liquidar o movimento dos professores da rede municipal. Não faltaram as manobras nem os discursos infundindo medo à categoria.

A greve iniciada no dia 12/02 teve como principais reivindicações o reajuste de 11,36% do custo aluno e o pagamento dos R\$ 289 milhões do precatório do FUNDEF (dívidas da União pagas ao Município, em novembro de 2015, cujo governo rejeita repassar para a educação). As massivas assembleias (algumas com mais de 2 mil professores), assim como os imponentes atos de rua, incentivaram a greve de professores em municípios vizinhos da região metropolitana (como Caucaia e Maracanaú) e fermentou a luta entre os servidores municipais. O prefeito Roberto Cláudio (PDT) negociou com a direção do sindicato a contraproposta de pagamento do reajuste em duas parcelas: 5,5% em março, retroativo a janeiro e 5,86% em agosto sem retroativo, além de algumas migalhas como pagamento de anuênios, pecúnia etc. A direção governista acenou com o fim da greve após a negociação na Prefeitura e até antecipou a Assembleia de terça (16/02) para segunda (15/02). A indignação do professorado nas redes sociais e comitês de mobilizações com o parcelamento sem retroativo de uma migalha que não cobria sequer a inflação de Fortaleza (que ficou em 11,43%) fez a direção hipocritamente defender a continuidade da greve, sob pena de se indispor com a categoria, tomada pelo sentimento de revolta com a Prefeitura.

A mutilação da democracia sindical para impedir o avanço da luta

As reuniões por zonais, propostas pela Corrente Proletária na Educação (CPE) e outras organizações foram deformadas e transformadas em comitês de mobilização, sem qualquer discussão coletiva de avaliação da greve e dos métodos que esta deveria aplicar. As as-

Burocracia do Sintero/RO atua para frear a luta dos trabalhadores de educação

Os trabalhadores de educação do estado de Rondônia mostram a disposição de luta para enfrentar os ataques dos governos, porém a burocracia tenta frear essa disposição de luta como foi comprovado nas últimas assembleias dos estaduais e municipais de Porto Velho que aconteceram nos dias 17 e 23 de fevereiro.

A rede estadual deveria enfrentar imediatamente o projeto de lei do governador que visa a lançar mão da terceirização dos serviços de merenda, limpeza e manutenção das escolas e, ao mesmo tempo, criar uma nova gratificação (com objetivo claro de não dar aumento real dos salários) que excluiria uma parcela significativa dos trabalhadores da rede (profissionais das Salas de Recursos, os professores do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, do CBA e CAA), das salas de ensino especial e os que estiverem em qualquer tipo de licença.

Não bastassem essas medidas, o projeto ainda estabelece mudança no módulo aula, de modo que as 27 aulas de 60 minutos se transformariam em 32 de 48 minutos. Os “três minutos” a mais dos 45 normais seriam considerados intervalo/recreio assistido.

De uma só tacada, aumenta o desemprego, a terceirização, não reajusta os salários (e ainda exclui uma parcela da mísera gratificação) e aumenta a exploração nosso trabalho. Um golpe gigantesco contra

sembleias foram antidemocráticas, como de costume. Informe repetitivo de meia hora por parte da burocracia; cerceamento às falas; votação da continuidade ou não da greve e do calendário de atividades da semana antes da fala dos inscritos; comando de greve escolhido a dedo e não eleito nos zonais, etc. A burocracia não pode permitir a democracia sindical. Tem de impedir que a categoria se expresse livremente. Seus interesses de casta não permitem ser instrumento dos trabalhadores em luta, mas um corpo estranho que domina a categoria e a leva a aceitar migalhas.

A ilegalidade, a capitulação da direção e o fim da greve

Em meio à última audiência na Prefeitura, no dia 25/02, a justiça estadual (serviço da oligarquia Ferreira Gomes) decretou a ilegalidade da greve, aplicando multa diária de R\$ 100 mil/dia e proibição de piquetes a menos 500 metros das escolas. A assembleia já agendada para o dia seguinte dividiu-se com leve maioria para a continuidade da greve. A burocracia, então, entrou em ação para alegar empate e dividir a assembleia em duas alas conforme o voto na continuidade ou na suspensão. A confusão e a dispersão implodiu a assembleia que foi remarcada para o dia 29/02. A indignação de muitos professores levou a que vários grevistas recusassem a vir à assembleia seguinte, que, dessa vez com os repetidos discursos de ilegalidade, ameaças de corte de ponto, processos administrativos por parte da direção, votou com ligeira vantagem pelo fim da greve.

A grande lição extraída pela vanguarda e correntes de oposição foi a da necessidade de organizar um movimento unificado de combate à burocracia. A Corrente Proletária na Educação, que agiu defendendo o programa de transição entre o professorado, empenham-se em por de pé uma fração revolucionária sindical que possa expulsar a burocracia e soldar a luta do magistério com a revolução proletária.

a rede estadual.

Diante disso, a resposta das assembleias que ocorreram em todo estado foi de rejeitar o projeto do governo e lutar para que não se implante. Porém, apesar da uníssona rejeição, a burocracia do Sintero, em vez de organizar a luta, com protestos, paralisações e a organização da greve (dentro da campanha salarial de 2016), resolveu apresentar a proposta de “audiência” com a Secretaria do Estado na Assembleia Legislativa. E pior: não é sequer para denunciar o projeto, mas para se enfiar na discussão de reforma da Lei Complementar nº 680/2012 que o projeto de lei do governo quer modificar.

Apenas dessa audiência é que se pretende discutir a pauta de reivindicações para a campanha salarial de 2016, protocolada junto ao governo em dezembro de 2015.

A burocracia passa por cima das bandeiras históricas do movimento da educação, passa por cima da defesa do reajuste salarial com o único objetivo de dar tempo ao governo, de esperar os próximos meses até que a legislação eleitoral permita qualquer avanço na luta.

Temos que dizer bem alto que as assembleias rejeitaram a discussão de modificação da lei complementar e a burocracia sindical do Sintero não pode se colocar à revelia dos milhares

de trabalhadores que decidiram essa posição. Abaixo o projeto de lei do governo e abaixo a traição da burocracia do Sintero!

Como não poderia ser diferente, na rede municipal de Porto Velho, a burocracia sequer apresentou um calendário de luta que se ligasse ao que tinha sido aprovado também em dezembro de aprovar a luta e construir a greve já no início do ano letivo, considerando o arrocho salarial dos últimos anos (o reajuste em 2015 foi de 1%).

Apesar da defesa da greve imediata, a burocracia manobrou, alegando que não devemos nos enfraquecer em ano eleitoral e sim acompanhar o calendário nacional da CNTE (a greve faz-de-conta de três dias no mês de março).

A prefeitura muito satisfeita com essa direção sindical já havia se pronunciado, afirmando que apresentaria um índice em 10 de março

Greve de fome e ocupação da reitoria na UFPB impõe reivindicações estudantis

No dia 03/03, após uma reunião de 12 horas com a administração da universidade, sem a presença da reitora e com mediação do Ministério Público Federal, os estudantes suspenderam a greve de fome – que já durava 10 dias – e a reitoria foi desocupada. Parte das reivindicações será atendida de imediato, a exemplo da retirada da guarda armada do Restaurante Universitário e da Biblioteca Central e liberação de auxílio moradia para todos os estudantes pobres que fizeram o pedido. Outras reivindicações serão discutidas em uma próxima reunião. Com isso, o movimento sai fortalecido na medida em que, através do método da ação direta, conseguiu impor parte das reivindicações à burocracia universitária. Entretanto, é importante identificar a fraqueza do movimento ao se limitar à política assistencialista.

O movimento assimilou a política educacional do governo do PT, que determina que somente os estudantes comprovadamente miseráveis possam ter acesso a R.U gratuito e à Residência Estudantil. Na verdade, as políticas de permanência, como alimentação, transporte e moradia é parte do direito à educação, e não uma esmola aos pobres. Ao limitar suas reivindicações àquilo que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) estabelece, o movimento perde de vista que é dever do Estado financiar integral e universalmente a educação. Enquanto a burguesia, por intermédio de seus governos, saqueia bilhões de reais do orçamento público para o enriquecimento dos empresários da educação, a maioria da juventude arca com os insuportáveis custos para permanecer estudando.

Somente a política proletária para educação pode responder aos profundos ataques em curso, defendendo a constituição de um sistema único de educação, gratuito, laico e sob o controle de quem estuda e trabalha, por meio do governo tripartite assentado na assembleia geral universitária; fim da coexistência entre ensino público e privado e estatização, sem indenização, de toda rede privada.

Sabemos que, somente nos embates diários, a maioria estudantil desenvolve sua consciência de classe e avança na libertação da influência burguesa e pequeno-burguesa. O movimento da UFPB deve assimilar essa rica experiência e avançar na luta contra a burocracia, expressão dos governos e dos capitalistas no interior das universidades. Abaixo, reproduzimos a moção de apoio do POR, divulgada no movimento.

Moção de apoio da Corrente Proletária Estudantil/POR aos estudantes em greve de fome na UFPB

A Corrente Proletária Estudantil vem manifestar total apoio a Marcos Francisco, Daniel Lima, Jonheiny Jeronimo e Matheus Presto. Esses quatro estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) estão em greve de fome há uma semana. Essa medida de luta extre-

(dias antes da “greve” da CNTE). Ou seja, embora eles aleguem que a luta precisa ser imediata em virtude da legislação eleitoral, atuam junto aos governos para impedir qualquer luta imediata. Traem abertamente a classe.

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio nas assembleias defendendo a greve imediata e a necessidade de barrar os ataques dos governos, a exemplo desse projeto do governo, e exigir reajuste e aumento salariais imediatamente. Apontando que a atuação orquestrada dos governos, nas várias esferas, é parte do ajuste fiscal, resposta burguesa para a crise capitalista. Continuaremos defendendo a luta e organização da frente de oposição para derrubar essa burocracia maldita e avançar na luta contra os governos burgueses que destroem a educação pública e gratuita.

ma foi para assegurar direitos elementares que vêm sendo negados: moradia e alimentação para os estudantes pobres, muitos vindos de outras cidades.

A UFPB aderiu ao REUNI em 2008 e ao sistema ENEM/SISU em 2011. O número de cursos e de vagas praticamente dobrou nesse tempo e mais jovens pobres entraram na UFPB. Porém, essa expansão, assentada no endividamento da juventude, na coexistência do ensino público com o privado e na precarização das condições de trabalho e de estudo, revelou-se incapaz de permitir o acesso à maioria da juventude e garantir a permanência dos que entraram nas universidades. Estudantes estão sendo obrigados a dormirem nos CAs e na rodoviária da cidade, expostos à barbárie do capitalismo e tendo seus direitos à educação mutilados.

A greve de fome, portanto, é parte da luta pela garantia de permanência estudantil como parte do direito à educação. O direito à permanência não deve ser tratado como assistência focalizada aos que preenchem os critérios de miserabilidade e adequação às “possibilidades” orçamentárias, estabelecidos pela burocracia universitária.

A escolha, por parte da reitoria, de quais são os investimentos prioritários e a exclusão da participação estudantil nas instâncias decisórias da universidade são expressões da falta de democracia interna, em que uma casta burocrática determina os rumos da universidade, em geral a serviço dos interesses capitalistas e em detrimento dos direitos mais básicos dos estudantes. A ausência dos estudantes no controle dos RUs, denunciada pelo movimento, é um exemplo.

Em sua campanha, a então candidata Margareth alegou ser “uma tristeza” a situação dos estudantes residentes. Agora, ignora as justas reivindicações do movimento. Mesma postura – de mentira e truculência – teve com relação à privatização do Hospital Universitário da UFPB via Ebserh.

Que as reivindicações do movimento estudantil da UFPB por reformas na infraestrutura do campus, ampliação do acesso ao RU e retirada da guarda armada de suas instalações sejam atendidas imediatamente. Que o movimento consiga avançar na defesa conjunta da moradia e alimentação como parte do direito à educação. A luta para se manter na universidade passa por defender restaurantes e moradias universitárias gratuitos e universais, combinados com a defesa do passe livre e garantia de estrutura e condições de estudo.

Toda responsabilidade pela saúde e vida dos estudantes é da reitora Margareth Diniz, que vem tratando a dramática situação desses estudantes com desdém, criminalização, mentiras e irresponsabilidade.

Todo apoio à ocupação da reitoria e aos estudantes em greve de fome.

Corrente Proletária Estudantil / Partido Operário Revolucionário

Nesta edição:

- A intervenção dos trotskistas bolivianos no referendo que disse NÃO a Evo Morales
- Perda de rumo da política burguesa democratizante
- Resposta a García Linera
- 97 anos da fundação da III Internacional

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

A intervenção dos trotskistas bolivianos no referendo que disse NÃO a Evo Morales

A derrota do presidente Evo Morales na consulta popular, em que os bolivianos responderam se aceitavam ou não uma mudança constitucional que lhe daria o direito a concorrer a um quarto mandato, foi um importante acontecimento na situação de crise na América Latina. Embora Evo e seu partido MAS tenham tido um enorme apoio em três mandatos, a maioria abriu os olhos para o perigo que representa para suas vidas a continuidade desse governo. No entanto, a maioria explorada se colocou diante do problema de como será constituído o novo governo. Não basta dizer NÃO ao continuísmo de Evo e de seus lacaios do MAS. Qualquer que seja o governo burguês que tomar o seu lugar atacará as condições de existência dos explorados e dará continuidade ao domínio imperialista sob a Bolívia.

Então, qual é a importância de ter vencido o NÃO? Os bolivianos estão a caminho de superar a experiência com uma corrente política que desviou e canalizou o processo revolucionário, que concluiu com a expulsão do presidente Sánchez de Lozada. Já não há lugar para ilusões em um governo que serviu aos interesses da burguesia nacional e do imperialismo.

O fundamental dessa experiência está em que contou e conta com a presença do Partido Operário Revolucionário (POR), que fez a campanha pelo NÃO, distinguindo e contrapondo-se às posições da direita que disputa com o MAS o poder. No seio dessa experiência, desenvolvem-se a política burguesa e a política proletária. Certamente, uma fração da classe operária e da pequena burguesia arruinada se identificou com o NÃO defendido pelo POR, que desfraldou a bandeira do governo operário e camponês e do programa da revolução proletária. A próxima etapa deve ser da ampliação da política do marxismo-leninismo-trotskismo no seio das massas, em contraposição às variantes da política burguesa e pequeno-burguesa que procurarão estabelecer um novo governo burguês.

Publicamos abaixo o balanço do referendo e os prognósti-

cos do POR

O significado da derrota do governo no referendo

O grande mérito do POR foi o de ter apontado para as massas exploradas o conteúdo de classe pró-burguês da política do governo do MAS, inclusive antes da chegada deste ao poder.

O Movimento ao Socialismo (MAS) foi uma impostura “democrática” burguesa fantasiada de indígena para enganar os explorados e frear a sua rebelião que havia levado à queda do governo neoliberal encabeçado por Sánchez De Lozada.

Evo Morales soube tirar vantagem de sua condição de indígena e camponês para ludibriar amplos setores dos explorados e conseguir que estes, iludidos, se entregassem ao go-

verno pensando que seria um governo do povo. Declarou-se anti-imperialista, anticapitalista e até socialista. Isto enquanto declarava aos quatro ventos seu respeito à grande propriedade privada dos empresários nacionais e estrangeiros e proclamava o milagre inédito de ter convertido as multinacionais saqueadoras em sócias e não mais donas do Estado, pulando de alegria e explodindo em adulações toda vez que os ditadores e empresários poderosos



lhe sorriam.

Estava condenado - dissemos - a desenvolver a política burguesa, atrelada às grandes potências e à burguesia nacional contra as aspirações dos famintos que necessitam de trabalho, pão, educação e saúde.

A impostura chega ao seu fim. Os explorados, aqueles que com seu apoio deram ao governo o controle absoluto de todos os poderes do Estado, hoje, compreenderam que o governo do MAS é uma ditadura burguesa, servil aos interesses do imperialismo e dos empresários privados, inimigo dos operários, traidor dos camponeses, aliado dos latifundiários que grilaram a terra e corrupto até a medula, como todos os governos burgueses anteriores.

O MAS é um saco de gatos de todas as cores, sem princi-

pios nem programa, o que os une é a ambição de ficarem ricos vendendo o país e saqueando o Estado.

Os explorados e oprimidos se separam das ilusões do MAS, mas não para entregar-se aos braços da velha direita e seus políticos zumbis (mortos politicamente), mas sim em busca de uma verdadeira perspectiva revolucionária.

É nossa obrigação como revolucionários desmascarar os impostores e apontar as causas de nossa escravidão e o caminho para nossa libertação.

A sociedade capitalista em nossa época constitui uma unidade mundial, dominada pelos interesses do imperialismo, isto é, das corporações capitalistas multinacionais, que impõe seus interesses e condicionam a economia e a política dos países capitalistas atrasados, como a Bolívia.

Para os países tão brutalmente oprimidos pelo imperialismo, não há possibilidades de superar o atraso, a opressão nacional e a miséria da maioria nacional no marco do respeito à grande propriedade privada burguesa e com a presença das multinacionais no manejo e controle do aparato produtivo. No caso da Bolívia, no controle da exploração de recursos naturais

para o mercado mundial.

Nossa realidade, com suas particularidades e seus traços de decadência, está marcada pelo nosso encadeamento aos elos das grandes potências imperialistas.

É necessário que o país oprimido se levante contra o jugo imperialista e dos opressores nacionais pró-imperialistas para poder enfrentar a solução de seus problemas.

Tarefa que a burguesia nacional, por sua debilidade e conseqüente servilismo ao imperialismo, ou a pequena-burguesia, pequena proprietária presa à grande propriedade burguesa e imperialista, estão impossibilitadas de levar adiante.

Somente a classe operária dirigente do conjunto dos explorados e oprimidos, organizada ao redor de seu partido, o POR, poderá materializar a libertação nacional, ponto de partida para enfrentar a superação do atraso e da miséria.

O NÃO ao continuísmo do MAS no referendo é uma fenda importante no processo de emancipação dos explorados da impostura masista.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2435, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Perda de rumo da política burguesa democratizante

Non se trata de fabricar líderes, mas de definir que tipo de governo e estado queremos

Antes e depois do referendo, tanto o oficialismo quanto a oposição da direita democratizante puseram em discussão o problema da falta de líderes. No caso do oficialismo, a ausência de um personagem capaz de substituir Evo Morales. Na oposição, uma destacada figura capaz de unificar as diversas tendências da direita, que marcha fragmentada por trás de seus ambiciosos líderes. O governismo desenvolve uma posição messiânica, que se aproxima do ridículo culto à personalidade ao afirmar que é impossível a continuidade do “processo de mudança” sem Evo Morales à frente. Em uma entrega de casas em Curahuara de Carangas, o vice-presidente García Linera perguntou aos camponeses: “se o Evo não estiver no governo quem vai defender vocês e lhes entregar as casas?”

Por outro lado, tanto os “políticos” como os políticos da direita afirmam que em 2019 só poderá se estruturar uma candidatura unitária para fazer frente ao governismo, caso surja um fulgurante líder carismático que consiga embriagar o eleitorado e unificar as distintas frações hoje atomizadas.

Os defensores do fracassado PT acreditam que chegou a hora de resuscitar o cadáver e alimentam a esperança de se colocar como a opção eleitoral de esquerda e, entre aqueles que representam a direita tradicional derrotada, como Rubén Costas, Carlos Mesa, Tuto Quiroga, Doria Media e outros, entrarão em uma disputa desenfreada por capitalizar a simpatia do eleitorado, de tal modo que possam se converter

em figuras aglutinadoras de uma frente eleitoral unitária. Os chamados “livre pensadores”, que reivindicam as bandeiras originárias do MAS, sonham com a possibilidade de forjar um novo “instrumento político” para destronar o MAS do poder pela via eleitoral. Para todas estas tendências da direita democratizante, a perspectiva é de que a situação política desembocará na saída eleitoral em 2019.

Esta discussão ecoa nas correntes anti-governistas de amplas camadas da classe média que, cansadas da prepotência e da corrupção masista, votaram majoritariamente pelo NÃO. Estas correntes, que não saem dos limites da política burguesa de defesa da Constituição, cujo horizonte são as próximas eleições de 2019, carregam uma confusão no cérebro. O problema de como superar a ausência de um líder que possibilite canalizar a política por caminhos distintos dos traçados pelo MAS. O setor do movimento operário e dos oprimidos que se somou ao NÃO, porque se sentiam enganados pela impostura masista, em suas amplas camadas despolitizadas, também sente a poderosa pressão das diversas tendências da política burguesa, pressão que se converte em um obstáculo ao desenvolvimento da consciência de classe e ao exercício de sua indepen-

dência política e ideológica diante da classe dominante e seu Estado.

É preciso recolocar a discussão no movimento operário e nas distintas camadas da classe média radicalizada, assinalar que a tarefa mais importante neste momento é definir



qual é o caminho que nos leva a superar as consequências da crise capitalista. Crise esta que o atual governo pretende descarregar sobre os ombros dos setores mais empobrecidos por meio dos impostos, condenando os trabalhadores autônomos a rendimentos miseráveis, os assalariados a salários de fome, as amplas camadas da classe média arruinada e humilhada a uma espantosa insegurança, os camponeses e indígenas a continuar subsidiando a crise com preços miseráveis de seus minúsculos excedentes que chegam aos mercados locais, etc. Essa discussão coloca a necessidade de definir que tipo de Estado pretendemos construir e que tipo de governo deve dirigi-lo.

Já está plenamente demonstrado que o Estado liberal burguês, com sua atual variante do chamado Estado plurinacional, fracassou. Fracasso que se explica pela impossibilidade de desenvolvimento do país nos marcos do capitalismo (um Estado baseado na grande propriedade dos meios de produção). O imperialismo, com todas as suas manifestações bárbaras, como as crises cíclicas de que padece e o caráter mundial da economia, converteu-se em um poderoso obstáculo aos países, como o nosso, a um grandioso desenvolvimento independen-

te, voltado a consolidar uma sociedade democrática que tanto repetem os reformistas e políticos burgueses. É evidente que o Estado burguês está condenado a ser tomado pelo pântano da corrupção, como o escândalo do Fundo Indígena, dos contratos diretos com as empresas chinesas, o aviltamento da administração da justiça e de todos os poderes do Estado, etc. Então, o que nos espera no marco do Estado e dos governos burgueses? Somente fome, superexploração e submissão aos interesses do imperialismo.

Este é o momento de definir a necessidade de construir um novo Estado baseado na propriedade social dos meios de produção, dirigido por um governo de operários e camponeses. No processo de construção deste Estado surgirão as lideranças de que a sociedade necessita para dirigir seus órgãos de poder. O caminho para alcançar este objetivo não é a democracia burguesa, que se reduz à ficção de que “um povo soberano” elege com seu voto o governo que se instalará no poder.

Para destruir o Estado burguês caduco e inútil não existe outro caminho a não ser a revolução social.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2436, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Resposta a García Linera

Os trotskistas estão seguros em indicar aos explorados o caminho de sua libertação

Depois de conhecer o triunfo do NÃO do referendo, apesar da fraude levada a cabo pelos militantes do MAS em todo o país, e quando as multidões festejavam nas ruas a surra que haviam dado no governo abusivo e corrupto, García Linera, o vice-presidente da Bolívia, apareceu no palco com a cara destemperada, atacando a todos. Incapaz de esconder a sua obsessão contra o trotskismo, em uma de suas declarações à imprensa, perguntou: como se sentem os trotskistas do magistério festejando o triunfo do NÃO nas ruas junto com a direita reacionária?

Este personagem, que não se cansa de fabricar imposturas e falsificar descaradamente a realidade, pretende difamar o trotskismo como se estes tivesse feito um pacto com a direita na campanha pelo NÃO. Nada mais falso! Os revolucionários se diferenciaram claramente de toda a oposição de direita e dos reformistas que se somaram a simples defesa da Constituição burguesa e defenderam como eixo de sua campanha a “alternância” no exercício do poder. Saímos às ruas com a consigna de “não à velha direita entreguista e não à nova direita encarnada pelo MAS”. Destacamos que o governo do MAS não deve se perpetuar no poder porque é agente do imperialismo que converteu as multinacionais saqueadoras em sócias do Estado; é antipopular porque está descarregando o peso da crise sobre as costas dos pobres através dos impostos; é anti-operário porque desconhece os direitos mais elementares dos trabalhadores e mantém salários de fome; é anti-educativo e anti-docente porque aplica de forma intransigente uma reforma educacional anticientífica e retrógrada. Temos apontado que o único caminho que conduzirá à libertação da nação oprimida pelo imperialismo

e pela classe dominante nacional é a revolução social, para instaurar um novo Estado baseado na propriedade social dos meios de produção, etc.

Assim, o trotskismo tem lutado por manter a independência política dos trabalhadores e de todos os oprimidos do país, apontando o caminho de sua libertação, oposto à consolidação do Estado burguês que tanto anseiam os masistas e os direitistas de todos os tipos.

Uma pergunta: por que o ilustre teórico se empenha em difamar o trotskismo com suas falsificações absurdas? A explicação é simples: porque, na perspectiva imediata, só o POR pode transformar-se em uma real direção revolucionária das massas que vão se ver obrigadas a movimentar-se para preservar as suas conquistas e lutar por novas reivindicações diante do aumento da miséria, como consequência da crise estrutural do capitalismo. Os outros setores oportunistas, que se autodenominam de “esquerdistas”, estão condenados a entrar em colapso junto com o MAS pelo pecado de terem se somado ao chamado “processo de mudança” e concluído como serviçais dos governantes, em troca de miseráveis privilégios.

Os trotskistas sabem que estão no olho do furacão, sabem que o governo se empenhará em persegui-los, procurando extirpá-los do seio do movimento operário e de outros setores radicalizados da classe média. No passado, soubemos sobreviver à repressão de governos fascistas e, agora, estamos seguros de marchar junto com os explorados para acabar com a ordem burguesa imperante.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2436, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

97 anos da fundação da III Internacional

De 2 a 6 de março de 1919, realizou-se, em Moscou, o Congresso de fundação da III Internacional. A votação pela formação de uma nova Internacional se deu em 4 de março. Inicialmente, tratava-se, segundo a convocatória, de uma Conferência Comunista Internacional. Depois da decisão do dia 4, passou a ser considerada como I Congresso de constituição da Internacional Comunista.

Em uma reunião preparatória, realizada em 1º de março, sob a direção de Lênin, o delegado do Partido Comunista da Alemanha, H. Eberlein, expôs a posição do Comitê Central contrária à imediata criação da III Internacional. Chegou-se ao acordo de manter o caráter de conferência, mas que se discutisse a proposta de fundação da nova Internacional. Lênin estava convencido e empenhado da necessidade de um congresso e da criação da Internacional. No dia seguinte, coube a Lênin fazer a abertura dos trabalhos, com um breve discurso. Pediu aos delegados que ficassem de pé para prestar homenagem a Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, assassinados pelo governo alemão socialdemocrata.

A I Guerra Mundial testou a consistência revolucionária da II Internacional, dirigida pelo Partido Socialdemocrata alemão. Em 4 de agosto de 1914, ocorreu a capitulação, que a liquidou como organização proletária. O Partido Socialdemocrata alemão votou no Parlamento os créditos de guerra. Na Inglaterra, França, Bélgica e Áustria-Hungria, os socialdemocratas também declararam apoio a seus governos na guerra imperialista. Ao contrário, o Partido Bolchevique, em 8 de agosto de 1914, votou na IV DUMA (parlamento russo) contra os créditos de guerra, caracterizando-a como imperialista. Estava aberta a divisão irreversível entre a fração majoritária social-patriota e a minoritária internacionalista. Enquanto os capituladores colocavam-se pelo esforço de guerra de seus governos, os bolcheviques defendiam no seio do proletariado, dos camponeses e dos soldados a bandeira de transformar a guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia. Os oportunistas rompiam com as posições do Manifesto de Basileia, de 1912, aprovado no Congresso da II Internacional.

Lênin denunciou o revisionismo liquidacionista e se pôs a trabalhar pela total ruptura com o chovinismo e oportunismo. Interveio na Conferência de Zimmerwald, realizada entre os dias 5 e 8 de setembro de 1915. Embora heterogênea e marcada pela presença da posição majoritária centrista, abriu caminho para se processar a cisão com a II Internacional e pela fundação da III Internacional. Estava claro para os bolcheviques, principalmente para Lênin e Trotsky, que a Conferência de Zimmerwald era tão somente um passo para separar o trigo do joio. De 24 a 30 de abril de 1916, realizou-se a II Conferência, em Kienthal (Suíça). Definiu-se com maior clareza a incompatibilidade entre os centristas, social pacifistas, que pretendiam permanecer nos quadros da II Internacional e a fração revolucionária decidida a criar uma nova Internacional. Dirigida por Lênin, o bolchevismo se levantava com uma análise precisa do caráter da guerra e do desenvolvimento da revolução proletária, graças a um programa bem fundamentado no marxismo. A III Conferência do agrupamento de Zimmerwald, realizada em Estocolmo, entre os dias 5 a 12 de setembro de 1917, selava seu fim. O predomínio dos centristas se tornou um obstáculo intransponível para a criação da III Internacional. Não foi nenhuma surpresa para os bolcheviques e às correntes revolucionárias a eles vinculadas que Zimmerwald estava esgotada.

A Revolução Russa de outubro de 1917 se encarregou de impulsionar o bolchevismo como força motriz da constituição da III Internacional. Estava aberto um período de levante revolucionário das massas. Em

janeiro de 1918, foi realizado em Petrogrado uma reunião cujo objetivo era o de criar as condições políticas e organizativas para pôr em pé a nova Internacional. Participaram dela representantes de vários países. Aproveitou-se a convocação de uma Conferência. A data prevista seria a de 15 de fevereiro de 1919, no entanto, devido a obstáculos organizativos que impediam a vinda de delegados para esta data, acabou sendo realizada em 2 de março. Está aí por que Lênin considera que a fundação de fato da III Internacional se deu em 1918. O I Congresso de 1919 tão somente teria formalizado a sua existência.

Lênin ocupou o lugar de primeira linha na luta contra a falência da II Internacional e constituição da III Internacional, tendo ao seu lado Trotsky. Não por acaso, os Congressos de 1919, 1920, 1921 e 1922 – conhecidos como os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista –, elaboraram e aprovaram o programa do Partido Mundial da Revolução Socialista. Pela primeira vez na história, o proletariado contou com sua Internacional alicerçada em uma revolução social vitoriosa e na edificação da ditadura do proletariado. Os Congressos seguintes 5º (1924), 6º (1928) e 7º (1935) não mais puderam contar com Lênin e Trotsky, o primeiro havia morrido e o segundo enfrentava uma brutal perseguição da fração comandada por Stálin. Esses Congressos posteriores se caracterizam pelo revisionismo estalinista do internacionalismo marxista. Estiveram sob a bandeira do “socialismo em um só país” e da colaboração de classes. Está aí por que quando falamos da III Internacional a identificamos pelos seus quatro primeiros congressos.



Coube ao estalinismo degenerá-la, como o kautiskismo degenerou a II Internacional. Degenerá-la e liquidá-la. Em 9 de junho de 1943, Stálin ordena que se dissolva a III Internacional. O seu lacão G. Dimitrov assinou a resolução de três curtos pontos em que se punha fim a uma das maiores obras do proletariado mundial. Diz o ponto 2: “Considerar que a partir do dia 10 de junho de 1943 estão dissolvidos o Comitê executivo da I.C., o Presidium e o Secretariado do C.E. e a Comissão Internacional de Controle”. Com uma penada a ditadura burocrática de Stálin disse à classe operária mundial de que esta não precisava da Internacional.

Trotsky liderou um movimento contra o revisionismo estalinista, constituindo a Oposição de Esquerda Russa. Expulso do seio do proletariado de seu país, organizou a Oposição de Esquerda Internacional e finalmente fundou em 3 de setembro de 1938 a IV Internacional.

Nestes 97 anos da III Internacional, ainda atravessamos um período extremamente difícil da luta de classes mundial. Uma vez que a IV Internacional não conseguiu se implantar e sofreu prematuramente o golpe de posições revisionistas. O retrocesso político ideológico e organizativo é assombroso. O processo de restauração capitalista na ex-União Soviética e nos demais países que viveram a revolução proletária impôs um gigantesco recuo na história. Se na época da fundação da III Internacional a classe operária avançava contra a burguesia e em toda parte constituía-se a vanguarda consciente, marxista, agora paga um alto preço pelas derrotas e eliminação de conquistas socialistas. Um dos custos é o retrocesso teórico e ideológico, no sentido de que a burguesia ganhou terreno no combate ao socialismo científico. As correntes de esquerda, via-de-regra, já não confiam no marxismo, o deformam ou o desprezam. Em épocas da reação, como a que vivemos, desde a destruição da III Internacional, ganha importância redobrada a luta pela compreensão e defesa dos fundamentos de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, fundamentalmente.

A Terceira Internacional e seu lugar na história

V.I. Lênin – 15 de abril de 1919

Os imperialistas dos países da “Entente” mantêm o bloqueio em torno da Rússia, procurando isolar a República Soviética, como um foco de contaminação, do mundo capitalista. Estes indivíduos que tanto se vangloriam de suas instituições “democráticas” estão cegos de ódio à República Soviética, que não veem como eles mesmos se colocam no ridículo. Pensam somente que os países mais avançados, mais civilizados e “democráticos”, armados até os dentes e que têm o mais poderoso domínio militar sobre o mundo, temem mortalmente a contaminação ideológica proveniente de um país prostrado, faminto, atrasado e, segundo eles, inclusive semisselvagem!

Basta apenas essa contradição para abrir os olhos das massas trabalhadoras de todos os países e ajudar a desmascarar a hipocrisia de imperialistas como Clemenceau, Lloyd George, Wilson seus governos.

Mas o que nos ajuda não é somente o ódio cego dos capitalistas perante os soviets, mas também as disputas entre eles que os levam a dar rasteiras uns aos outros. Tramaram uma verdadeira conspiração de silêncio, já que temem desesperadamente a divulgação de notícias verídicas sobre a República Soviética em geral, e de seus documentos oficiais, em particular.

No entanto, o principal órgão da burguesia francesa, *Le Temps*, publicou a notícia da fundação, em Moscou, da III Internacional, a Internacional Comunista.

Expressamos nossa mais respeitosa gratidão ao principal órgão da burguesia francesa, ao defensor do chauvinismo e do imperialismo franceses.

Estamos dispostos a enviar ao *Le Temps* uma solene mensagem expressando nosso reconhecimento pela ajuda eficaz e competente que nos presta.

Os motivos que levaram esse órgão dos ricos são revelados clara e plenamente pela maneira como *Le Temps* redigiu sua informação sobre a base de nossos comunicados de rádio. Seu propósito era lançar uma indireta ao Wilson, como dizendo-lhe: “Aí veja você com que gente negocia!”. Os sabichões que escrevem a serviço dos ricos não se dão conta de que sua tentativa de assustar Wilson com o espantinho bolchevique se torna, aos olhos dos trabalhadores, em uma propaganda do bolchevismo. Mais uma vez, nosso mais respeitoso agradecimento ao órgão dos milionários franceses!

A III Internacional foi fundada em uma situação mundial na qual nem as proibições, nem os pequenos e mesquinhos subterfúgios dos imperialistas da “Entente” ou dos lacaios do capitalismo como Scheidemann na Alemanha, ou Renner na Áustria podem impedir que as notícias acerca da Internacional e das simpatias por ela se espalhem entre a classe operária de todo o mundo. Esta situação foi criada pelo crescimento da revolução proletária, que se desenvolve perceptivelmente em todas as partes a largos passos. Foi criada pelo movimento *soviético* entre os trabalhadores, o qual alcançou tal força que

chegou a ser realmente *internacional*.

A I Internacional (1864-1872) edificou os fundamentos da organização internacional dos operários para preparar sua ofensiva revolucionária contra o capital. A II Internacional (1889-1914) foi a organização internacional do movimento operário, cujo crescimento alcançou em *amplitude*, à custa de um descenso temporário do nível revolucionário, de um fortalecimento temporário do oportunismo, que definitivamente levou à vergonhosa bancarrota dessa Internacional.

A III Internacional foi criada nos acontecimentos de 1918, quando os longos anos de luta contra o oportunismo e o socialchovismo levaram, principalmente durante a guerra, à formação dos partidos comunistas em uma série de nações. Oficialmente, a III Internacional foi fundada em seu Primeiro Congresso, em março de 1919, em Moscou. E o traço mais característico desta Internacional, sua missão, é cumprir, levar à prática, os preceitos do marxismo e tornar realidade os ideais seculares do socialismo e do movimento operário. Este traço, o mais característico da III Internacional, foi colocado imediata-

mente no fato de que a nova, a terceira “Associação Internacional dos Trabalhadores”, começou se convertendo, em certa medida, em uma *União de Repúblicas Socialistas Soviéticas*.

A I Internacional assentou o cimento da luta proletária, internacional, pelo socialismo.

A II Internacional marcou o período em que se preparou o terreno para uma ampla divulgação, de massas, do movimento em uma série de países.

A III Internacional colheu os frutos do trabalho da II Internacional, eliminou dela todo lixo oportunista, socialchovinista, burguesa e pequeno-burguesa, e *começou a pôr em prática* a ditadura do proletariado.

A aliança internacional dos partidos que dirigem o movimento mais revolucionário do mundo, o movimento do proletariado voltado a destruir o jugo do capital, conta agora com uma base mais sólida do que nunca: a existência de várias *repúblicas soviéticas*, que põem em prática a ditadura do proletariado e encarnam sua vitória sobre o capitalismo em escala mundial.

A importância histórica mundial da III Internacional, a Internacional Comunista, consiste em ter começado a pôr em prática a consigna fundamental de Marx, a consigna que sintetiza o desenvolvimento secular do socialismo e do movimento operário, a consigna que se expressa no conceito: ditadura do proletariado.

Esta previsão genial, essa genial teoria, está se tornando realidade.

Estas palavras latinas, agora, se traduzem no idioma atual de todos os povos da Europa; mais ainda, a todos os idiomas do mundo.

Uma nova era na história mundial se iniciou.

A humanidade se livra da última forma de escravidão: a



escravidão capitalista, ou escravidão assalariada.

Ao libertar-se da escravidão, a humanidade marcha pela primeira vez para a autêntica liberdade.

Como explicar que o primeiro país a implantar a ditadura do proletariado, em organizar a república soviética, tenha sido um dos países mais atrasados da Europa? Talvez não nos equivoquemos se dissermos que precisamente esta contradição entre o atraso da Rússia e o “salto” que foi dado até a forma mais elevada de democracia, passando por cima da democracia burguesa para chegar à democracia soviética ou proletária; que precisamente esta contradição foi uma das causas (à margem do que pesam sobre a maioria dos líderes do socialismo os hábitos oportunistas e prejuízos filisteus) que mais têm entorpecido ou retardado a compreensão do papel dos soviets no Ocidente.

As massas operárias perceberam intuitivamente, no mundo inteiro, o significado dos soviets como instrumento da luta operária e como forma do Estado proletário. Mas os “líderes”, corrompidos pelo oportunismo, ainda continuam prostrados diante da democracia burguesa, a que chamam de “democracia” em geral.

Por acaso é surpreendente que a implantação da ditadura do proletariado tenha colocado de relevo toda a “contradição” entre o atraso da Rússia e seu “salto” por cima da democracia burguesa? O surpreendente seria se a história nos concedesse a implantação de uma *nova* forma de democracia **sem** uma série de contradições.

Se a qualquer marxista, inclusive a qualquer pessoa com conhecimento geral da ciência moderna, lhe perguntássemos: “é provável que os diversos países capitalistas passem à ditadura do proletariado de um modo uniforme ou harmonicamente proporcional?”

“. Dar-nos-ia, indiscutivelmente, uma resposta negativa. No mundo capitalista nunca existiu, nem pode existir o desenvolvimento uniforme, harmonioso ou proporcional. Cada país desenvolveu em especial, seja um, seja outro aspecto ou traço, ou um grupo de traços do capitalismo e do movimento operário. O processo de desenvolvimento tem sido não uniforme.

Quando a França levou a cabo sua grande revolução burguesa, despertando uma nova vida histórica em todo o continente europeu, a Inglaterra, apesar de ter um desenvolvimento capitalista muito mais avançado que a França, estava à frente da coligação contrarrevolucionária. Mas o movimento operário inglês deste período antecipou genialmente muito do que conteria o futuro marxismo.

Quando a Inglaterra deu ao mundo o primeiro e amplo movimento revolucionário proletário, realmente de massas e politicamente organizado, o cartismo, no continente europeu ocorriam revoluções burguesas, em sua maioria débeis, e na França estourava a primeira grande guerra civil entre o proletariado e a burguesia. A burguesia derrotou os diversos destacamentos nacionais do proletariado um a um e de maneira distinta em distintos países.

A Inglaterra foi o modelo de país em que, segundo a ex-

pressão de Engels, a burguesia criou, ao lado de uma aristocracia aburguesada, uma camada superior mais aburguesada do proletariado. Este país capitalista avançado marchou durante várias décadas atrás na luta revolucionária do proletariado. A França parecia ter esgotado as forças do proletariado nas duas heroicas insurreições da classe operária contra a burguesia de 1848 e 1871, que deram uma enorme contribuição ao desenvolvimento histórico mundial. A hegemonia na Internacional do movimento operário logo passou para a Alemanha, na década de 70 do século XIX, época em que a Alemanha ainda estava economicamente atrás da Inglaterra e França. E quando a Alemanha deixou para trás economicamente esses dois países, isto é, na segunda década do século XX, o partido operário marxista alemão, modelo para o mundo inteiro, se encontrou dirigido por um punhado de canalhas descarados, a mais imunda escória, desde Scheidemann e Noske até David Elegen, verdugos repugnantes saídos das fileiras da classe operária, vendidos aos capitalistas e colocados a serviço da monarquia e da burguesia contrarrevolucionária.

A história mundial conduz inevitavelmente à ditadura do proletariado, mas o faz por caminhos que estão longe de ser simples, planos e retos.

Quando Karl Kautsky era ainda um marxista, e não o rene-

gado do marxismo em que se converteu quando começou a defender a unidade com os Scheidemann e advogar pela democracia burguesa contra a democracia soviética ou proletária, no início do século XX, escreveu um artigo intitulado *Os escravos e a revolução*. Neste artigo, expunha as condições históricas que assinalavam a possibilidade de que a hegemonia no movimento revolucionário internacional passaria aos escravos.

E assim ocorreu. Por algum tempo – subentende-se que somente por pouco

tempo –, a hegemonia na Internacional proletária revolucionária passou para os russos, do mesmo modo que em diferentes períodos do século XIX esteve nas mãos dos ingleses, depois dos franceses e depois os alemães.

Mais de uma vez, tive de dizer que, em comparação com os países adiantados, aos russos foi mais fácil *iniciar* a grande revolução proletária, mas em compensação será mais difícil *continuar*-la e levá-la até a vitória final, no sentido da completa organização de uma sociedade socialista.

Foi-nos mais fácil começar, em primeiro lugar, porque o inusitado – para a Europa do século XX – atraso político da monarquia czarista deu uma força inusitada à arremetida revolucionária das massas. Em segundo lugar, porque o atraso da Rússia fundiu de um modo peculiar a revolução proletária contra a burguesia com a revolução camponesa contra os latifundiários. Assim começou em outubro de 1917 e se não tivéssemos começado assim, não teríamos alcançado então a vitória com tanta facilidade. Já em 1856, Marx falava, referindo-se à Prússia, da possibilidade de uma combinação peculiar da revolução proletária com a guerra camponesa. Os bolcheviques defenderam desde o começo de 1905 a ideia da ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato.



Em terceiro lugar, a revolução de 1905 ajudou muitíssimo na educação política das massas operárias e camponesas, porque familiarizou a sua vanguarda com “última palavra” do socialismo do ocidente e também devido à *ação* revolucionária das massas. Sem o “ensaio geral” de 1905 não teriam sido possíveis as revoluções de 1917, nem a burguesa de fevereiro, nem a proletária de outubro. Em quarto lugar, as condições geográficas da Rússia permitiram-lhe sustentar-se mais tempo que outros países diante da superioridade militar dos países capitalistas adiantados. Em quinto lugar, a peculiar atitude do proletariado diante dos camponeses facilitou a transição da revolução burguesa à revolução socialista, facilitou a influência dos proletários urbanos sobre os setores semiproletários, mais pobres, dos trabalhadores do campo. Em sexto lugar, a grande escola da luta grevista e a experiência do movimento operário de massas na Europa facilitaram o surgimento, em uma situação revolucionária profunda e rapidamente agudizada, de uma forma de organização revolucionária do proletariado tão singular como os *soviets*. Esta enumeração, evidentemente, é incompleta. Por enquanto, basta.

A democracia soviética ou proletária nasceu na Rússia. Foi dado um segundo passo histórico mundial em relação à Comuna de Paris. A República Soviética proletária e camponesa é a primeira república socialista estável no mundo. Como *novo tipo de Estado* não pode morrer. Já não está só.

Para continuar o trabalho de construção do socialismo, para levá-lo a seu termo ainda falta muito, muitíssimo. As repúblicas soviéticas nos países mais evoluídos, onde o proletariado tem maior peso e influência, têm maiores probabilidades em relação à Rússia, desde que assumam o caminho da ditadura do proletariado.

A II Internacional, em bancarrota, agoniza e apodrece em vida. Desempenha nos acontecimentos o papel de laia da burguesia mundial. É uma verdadeira Internacional amarela. Seus dirigentes ideológicos mais importantes, como Kautsky, exaltam a democracia *burguesa*, que chamam de democracia” em geral, ou – o que é ainda mais estúpido e mais grosseiro – “democracia pura”.

A democracia burguesa já caducou, como caducou a II Internacional, ainda que a Internacional realizou um trabalho historicamente necessário e útil quando estava na ordem do dia a tarefa de preparar as massas operárias dentro dos marcos desta democracia burguesa.

A mais democrática república burguesa, porém, nunca foi, nem poderia ser outra coisa, que uma máquina para a representação dos trabalhadores pelo capital, um instrumento da ditadura da burguesia, da dominação política do capital. A república democrática burguesa prometia a dominação da maioria, assim proclamava, mas não podia realizá-la enquanto existisse a propriedade privada da terra e de outros meios de produção.

Na república democrática burguesa a liberdade era, na prática, uma liberdade *para os ricos*. Os proletários e os camponeses trabalhadores podiam e deviam utilizá-la com o objetivo de preparar suas forças para a derrubada do capital, para acabar

com a democracia burguesa, mas *de fato*, como regra geral, as massas trabalhadoras não podiam usufruir da democracia sob o capitalismo.

A democracia soviética ou proletária criou, pela primeira vez no mundo, a *democracia* para as massas, para os trabalhadores, para os operários e para os pequenos camponeses.

Jamais existiu no mundo um poder político exercido pela *maioria* da população um poder que pertencesse, *na prática*, a esta maioria, como o poder soviético.

Este poder reprime a “liberdade” dos exploradores e de seus cúmplices; priva-os da “liberdade” de explorar, a “liberdade” de se enriquecer à custa da fome, a “liberdade” de lutar pela restauração da dominação do capital, a “liberdade” de conspirar com a burguesia estrangeira contra os operários e camponeses de seu próprio país.

Que os Kautskys defendam essa liberdade. Somente um renegado do marxismo, um renegado do socialismo, pode fazer.

Nunca se expressou com tanta evidência a bancarrota dos dirigentes ideológicos da II Internacional, gente como Hilferding e Kautsky, como em sua total incapacidade para compre-

ender o significado da democracia soviética ou proletária, sua relação com a Comuna de Paris, seu lugar na história, sua necessidade como uma forma da ditadura do proletariado.

O jornal *Die Freiheit* (“A Liberdade”), órgão do partido socialdemocrata “independente” (leia-se: mesquinho, filisteu, pequeno-burguês) alemão, em seu número 74, de 11 de fevereiro de 1919, publicou um manifesto “Ao proletariado revolucionário da Alemanha”.

Esse manifesto está assinado pela direção deste partido e por todos seus membros na “Assembleia Nacional”, variante alemã de nossa “Assembleia Constituinte”.

Este manifesto acusa os Scheidemann de pretenderem eliminar os *soviets* e propõe – não riam! – *combinar* os soviets com a Assembleia, atribuir determinados direitos políticos, determinado lugar na Constituição.

Conciliar, unir a ditadura da burguesia com a ditadura do proletariado! Que sensível! Que brilhante ideia filisteia!

É de lamentar, porém, que já foi provada na Rússia, sob Kerevsky, pelos mencheviques e pelos socialistas revolucionários unidos, esses democratas pequeno-burgueses que acreditavam ser socialistas.

Quem leu Marx e não compreendeu que na sociedade capitalista, em cada momento agudo, em cada conflito de classes sério, a alternativa é a ditadura da burguesia ou a ditadura do proletariado, não compreendeu nada da doutrina econômica e política de Marx.

A brilhante ideia filisteia de Hilferding, Kautsky e companhia de combinar pacificamente a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado requer uma análise especial, se se quer examinar de forma exaustiva os absurdos econômicos e políticos que se amontoam neste notável e cômico manifesto de 11 de fevereiro. Isto ficará para outro artigo.

Moscou, 15 de abril de 1919.

